

A ARRANCADA DE QUÉRCIA



Depois do debate pela TV entre os candidatos ao governo de São Paulo, que lhe rendeu vantagens, e em meio a um bate-boca Maluf-Ermírio que traz a luz vários episódios mal cheirosos, Orestes Quercia parte para a contra-ofensiva e à conquista da capital e Grande São Paulo com um comício na Praça da Sé que funciona como um teste de força. Página 3

Visita do FMI agora é por baixo do pano

O órgão-espião-chantagista dos banqueiros internacionais faz mais uma visita de inspeção ao Brasil, mas com todo cuidado para não atizar sentimentos antiimperialistas. Página 4

EDITORIAL

Seis meses de Cruzado

O Plano Cruzado acaba de chegar aos seis meses de vida. O entusiasmo já não é tão grande. A população, antes muito animada com o congelamento, começa a perceber a multiplicação dos artificios para remarcar os preços. Até a carne importada tem sido vendida com ágio nos açougues.

Por outro lado, o compromisso com o crescimento econômico firmado pelo governo vê-se comprometido pela transferência de recursos para o exterior da ordem de 10 a 11 bilhões de dólares por ano a título de "serviços" da dívida externa. E os empresários, acostumados com os ganhos excepcionais da especulação financeira, ainda não passaram a investir corajosamente na produção, limitando-se à reposição de máquinas.

Muita gente já se pergunta o que será do Plano após a eleição de 15 de novembro. Há o temor de que este seja um marco limite para a retomada dos altos índices inflacionários. Os assalariados em particular - a grande maioria - já sentem na carne que se não lutarem por aumentos efetivos de salários imediatamente, verão seu poder aquisitivo minguar cada vez mais aceleradamente, uma vez que é relativamente fácil fiscalizar e congelar os salários. Mas é difícil manter permanentemente a mobilização popular para fiscalizar os preços e combater os especuladores.

Nesta conjuntura ganha importância a campanha eleitoral para a Constituinte. Cabe aos candidatos comprometidos com o povo fazer da campanha um instrumento que facilite a participação das massas para dar continuidade às mudanças. De uma parte reafirmar a necessidade de manter o congelamento dos preços. Mas fundamentalmente batalhar para que se ataque a maior causa estrutural da inflação, que se encontra na dívida externa.

Diferentemente da campanha das classes dominantes, que tentam se limitar à popularização

do nome e do número dos candidatos, os representantes das correntes progressistas levantam bandeiras de luta, reacendendo o movimento das diretas e do candidato único das oposições, para consolidar a democracia e marchar rumo a transformações em profundidade.

O governo já se revelou impotente para punir os sonegadores. Da mesma forma não consegue por si mesmo vencer a barreira colocada pelos latifundiários contra o Plano Nacional de Reforma Agrária. E, embora fale em manter uma atitude de maior independência em relação aos credores, só pode caminhar para a suspensão do pagamento da dívida externa se houver um poderoso movimento de massas neste sentido.

Atualmente o movimento sindical e popular já lançou um abaixo-assinado nacional ligando o congelamento com a reforma agrária e a suspensão do pagamento da dívida externa. É um passo inicial mas de grande importância. Os candidatos podem prestar um grande serviço ajudando a espalhar e recolher as listas, esclarecendo os eleitores sobre o valor da iniciativa.

A campanha pode colaborar em muito também para fortalecer as lutas reivindicatórias. Não há porque desligar a batalha por uma Constituinte progressista dos movimentos específicos dos trabalhadores. Afinal a nova Constituição deverá registrar importantes conquistas dos assalariados no terreno dos direitos sociais e trabalhistas, como a jornada de 40 horas, o direito de greve, a liberdade e autonomia sindicais.

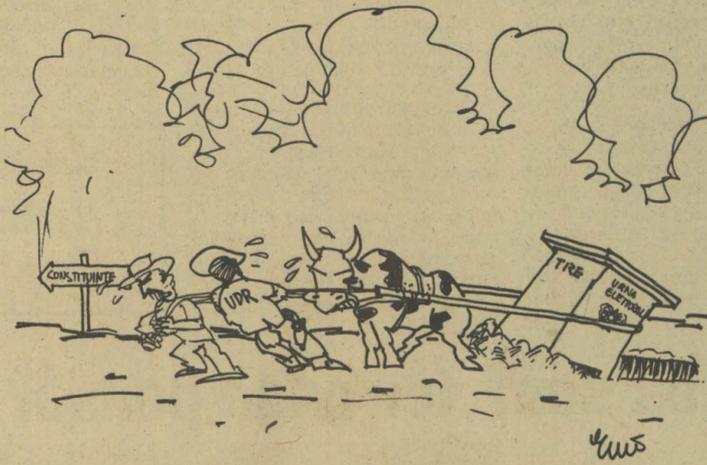
O Plano Cruzado dá mostras de cansaço exatamente porque trata da superfície dos problemas e ainda porque contém graves equívocos e inclusive traz embutido o arrocho dos salários. Cabe ao povo pressionar para corrigir os seus rumos e para fazer com que o país adote orientações econômicas de acordo com as aspirações da maioria.



O Encontro comemorou o primeiro aniversário do Conselho Nacional de Defesa da Mulher

Mulheres de todo o país discutem a Constituinte

Todos os Estados estiveram representados no Encontro Nacional. Pág.3



Atividade elitista e retrógrada do Senado

Desde o seu surgimento atua como câmara revisora visando defender os interesses mais oligárquicos no Poder Legislativo. Um Congresso unicameral, é o que corresponde às exigências atuais. Pág.5

50 mil bancários em passeata

A categoria tomou as ruas de São Paulo, dia 28, para exigir aumento salarial. Página 7

Motoristas podem parar São Paulo em setembro

A partir de zero hora de 1º de setembro São Paulo pode parar, caso Jânio e os empresários continuem inflexíveis. Pág. 10

Universitários descobrem antro de espionagem

Unidade do SNT na Universidade Federal do Ceará dedicava-se a bisbilhotar até os namoros de alunos e professores. Página 6

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Militares não querem ceder posições na América Latina

Batidos do poder pelas forças democráticas, os militares latino-americanos buscam meios e formas de reassumirem o comando de governo e manterem posições políticas. Na Argentina, Uruguai e Brasil, manifestações na caserna dão conta de que os generais não se conformam em cumprir as funções específicas a que são destinadas as Forças Armadas.

Na Argentina, a Aeronáutica divulgou, dia 22, um documento propondo que as Forças Armadas possam intervir em casos de "con-

flito interno". É que, pela Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Câmara dos Deputados no ano passado, os militares só podem

intervir em casos de agressões externas. Agora a lei vai para o Senado, e, além da Aeronáutica, Exército e Marinha também já preparam seus documentos visando pressionar a alteração do texto.

No caso do documento da força aérea, é afirmado que a defesa nacional "excede o marco das agressões de origem externa", envolvendo, entre outras coisas, "a possível infiltração ideológica dissolvente que pode ser desenvolvida nos meios educacionais e culturais". Ou seja, a liberdade de pensamento e de manifestação, é uma ameaça "interna"...

PERDÃO À TORTURA

É o mesmo surrado argumento - inspirado na ideologia de "Segurança Nacional" - que deu aval ao assassinato de mais de 30 mil opositores à ditadura militar argentina, e que também teve força de lei no Uruguai e no Brasil.

Já no Uruguai, foi o presidente Julio Sanguinetti quem cedeu às pressões militares e elaborou um projeto de anistia aos militares e policiais que por 12 anos violaram os direitos humanos, no período em que os generais agarravam-se ao poder no país. Cinco comandantes do Exército e 12 generais da reserva enviaram a Sanguinetti um documento assumindo a responsabilidade pelo "desaparecimento", torura e assassinato de opositores durante o período. E o presidente pretende mantê-lo a salvo de um julgamento civil.

Uma comissão parlamentar, reunida no ano passado, relacionou os nomes de mais de 40 oficiais militares envolvidos nas mortes de cerca de 40 pessoas e no "desaparecimento" de cerca de 120 uruguaios na Argentina, entre 1973 e 1985. No entanto, nenhum oficial foi a julgamento, pois todos os processos foram embarcados pela Justiça Militar.

INTRUSOS

Também no Brasil alguns calos doem dentro dos coturnos. Preocupado ante a possibilidade da Constituinte, que se reúne no próximo ano, tirar das Forças Armadas a responsabilidade de defender a "ordem interna" no país, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, numa entrevista a um boletim interno da instituição, afirmou que "nós, militares, nunca fomos intrusos na história do Brasil". E como o papel em branco aceita tudo, ainda aproveitou para afirmar que as Forças Armadas só intervirão na política para "garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem" em casos de "extrema necessidade e quando se tenham esgotado outros recursos legais". Arrematando, disse que se a Constituição vetar a atuação política das Forças Armadas, isso as converteria "inexplicavelmente, em espectadores do caos e da desordem". Alerta!



A passeata contra o "esquartejamento" das minas

Bolivianos protestam contra o entreguismo

Apesar da ferrenha oposição dos trabalhadores, e particularmente dos mineiros, o governo boliviano aprovou no dia 26 o decreto de fechamento de duas minas, de arrendamento de outras nove e de autonomia de gestão de mais de 13. Segundo a Central Operária Boliviana (COB), a decisão do presidente Paz Estenssoro significa o esquartejamento da estatal Corporação Mineira Boliviana (Comibol), fundada em 1952.

O governo direitista de Paz Estenssoro, ao anunciar as novas diretrizes para a mineração, deu mais um golpe nos trabalhadores bolivianos, que haviam realizado uma greve geral nos dias 21 e 22, além de uma grande concentração em La Paz, para exigir uma solução do problema mineiro (sem o desemprego provocado pelo fechamento de minas) e contra a presença de tropas norte-americanas no país (segundo os sindicalistas e alguns políticos bolivianos, o principal objetivo dos 170 soldados e seis helicópteros norte-americanos que estão na Bolívia desde o dia 14 de julho não é o combate ao tráfico de drogas, mas a instalação de uma base

militar no departamento de Beni, a nordeste de La Paz).

DESEMPREGO

Os mineiros bolivianos receberam a notícia do fechamento e arrendamento das minas estatais na metade do caminho de uma marcha de 230 Km que se iniciou em Oruro, no dia 21, com a participação de cerca de 5 mil mineiros, mulheres e crianças - em direção a La Paz, em protesto contra essas medidas do governo. Os trabalhadores da cidade mineira de Oruro (170 mil habitantes) estão em greve desde o dia 13 e os de Potosi (100 mil habitantes) desde o dia 18.

O governo justificou seu decreto como "a única medida viável" para salvar a Comibol da bancarrota, cuja crise foi agravada pela queda do preço do estanho no mercado mundial. Os mineiros, no entanto, afirmam que as medidas anunciadas por Estenssoro provocarão o desemprego de mais 9.000 trabalhadores, que se somarão aos outros cerca de 400.000 já existentes na Bolívia (cerca de 20% da força de trabalho do país), além de ser o princípio da desnacionalização do setor de mineração.



Cena dos militares no poder na Argentina: a ordem interna garantida com a "paz dos cemitérios"

Imperialismo sabota economia do Peru

Os banqueiros internacionais estão firmemente empenhados em sabotar a economia peruana. De modo algum eles pretendem permitir que a experiência do governo Alan Garcia, de limitar em 10% das exportações o montante de recursos enviados ao exterior para pagar juros da dívida externa, dê certo. Há poucos dias, o FMI incluiu o país na lista de inadimplentes, copiando uma iniciativa anteriormente adotada pelo governo norte-americano. A burguesia imperialista garante que o Peru não poderá sobreviver fora da lógica do modelo econômico que ela impõe.

Economistas contratados pela comunidade financeira argumentam que dentro em breve o país ingressará numa fase de aguda recessão em consequência da atitude adotada por Alan Garcia. O "The Washington Post", jornal vinculado aos banqueiros dos EUA, levanta "uma interessante indagação: por quanto tempo pode um país pequeno com uma economia não equilibrada, continuar progredindo sem ter acesso a créditos externos?" Sua conclusão,

é claro, não poderia ser outra: "Até agora houve êxito, mas chegou o momento de mudanças de estratégia".

MEDIDA ACERTADA

A recente decisão do FMI, entre outros motivos, foi justificada pelo fato do Peru recusar-se a pagar 161 milhões de dólares à entidade relativos à dívida vencida neste mês. Alan Garcia argumentou que o desembolso desses recursos para cobrir atrasados com a instituição "seria extremamente prejudicial para o povo peruano". E tem cumprido à risca a determinação de só destinar 10% das exportações aos banqueiros estrangeiros. Isto tem significado, na prática, a suspensão do pagamento de uma parcela expressiva dos juros.

Com isto, a polêmica em torno do tratamento dispensado à questão da dívida externa fica mais aceso. Será mesmo viável, economicamente vantajosa, uma posição que o desempenho da economia peruana constitui uma resposta positiva a esta questão. Alan Garcia, com

sua atitude, evitou a recessão econômica, conseguiu uma retomada do crescimento da produção interna e reduziu o índice da inflação, de mais de 250% para 70% ao ano. Tudo isto foi combinado com um aumento real dos salários, no caso do mínimo de 50%.

EXEMPLO PERIGOSO

A equação do sucesso obtido por Alan Garcia não é tão complicada. Através da substancial limitação do pagamento da dívida, o país passou a dispor de uma riqueza maior internamente, tornou-se com isto mais rico (ou menos pobre) seja para realizar investimentos necessários ao incremento da produção ou para consumo de seu povo (diminuindo a pressão sobre os preços).

O governo peruano guardou-se de efeitos mais desastrosos das represálias dos países imperialistas retirando suas reservas em ouro, prata e dinheiro dos bancos norte-americanos, congelando a remessa de divisas de diversos setores (especialmente suspendendo a remessa de lucros das multinacionais) e adotando outras medidas

como a nacionalização de algumas empresas estrangeiras.

Alan Garcia tem contado com o apoio integral do povo a essas atitudes, sua popularidade só faz aumentar desde a posse no ano passado. Angariou também a simpatia das forças democráticas e populares da América Latina e de outros continentes e países.

Os monopólios imperialistas, porém, estão dispostos a jogar duro: "É claro que, se os credores permitem que um país anuncie que deixará de honrar seus compromissos, outros países com dívidas das mais importantes procurarão receber tratamento semelhante", disse o "The Washington Post". Há uma sutil insinuação golpista. Tudo indica, portanto, que a contradição entre os interesses em questão agravar-se-á ainda mais.

Leia e Assine
Tribuna
Operária

EUA procuram "saída honrosa" para Pinochet

As vésperas de completar 13 anos, a ditadura chilena continua vendendo sua base de sustentação abalada. Na última semana, tornou-se público aquilo que a maioria dos analistas já apontara: os Estados Unidos apressam-se em substituir o general Pinochet antes que se produza a sublevação popular que se desenha no horizonte do Chile.

No dia 18, a oposição armada sequestrou o coronel Mario Haerberle Rivadaneira, chefe do cerimonial da guarnição de Santiago e encarregado da preparação das cerimônias comemorativas dos 13 anos da tomada do poder pelos militares. O episódio não teria maiores repercussões, não fossem as revelações contidas num documento de "circulação restrita" que os opositores afirmam ter encontrado na valise do militar.

"A oposição ao presidente Pinochet cresceu vigorosamente nos últimos anos, e há claros indícios de uma maior uniformidade de objetivos (...)" A avaliação, contida no documento, é atribuída ao general John Galvin, chefe do Comando Sul do Exército norte-americano, que esteve no início de agosto no Chile para reunir-se com "altos expoentes militares" e fazer uma "visita de cortesia" ao general Pinochet.

Após apontar a persistência do capitão-general no poder como um "erro estratégico", o informe do general Galvin aos militares chilenos anuncia: "No interior do meu governo se estabeleceu um prazo de dois anos (para que Pinochet renuncie), e creio que esta é a intenção do presidente Reagan". O governo norte-americano teria ainda oferecido asilo político ao ditador, caso aceite em tempo a sugestão.

A reação de Pinochet seguiu o modelo de arrogância que se tornou sua marca registrada. Depois de rejeitar a "interferência de burocratas estrangeiros" reafirmou que será ele quem "fixará os destinos do Chile, sem conselhos alheios". Na mesma linha, o general ameaçou a oposição

com a adoção de "medidas decisivas para eliminar a subversão", ao mesmo tempo em que o ministro da Defesa, general Patricio Carvajal, aventava a possibilidade de decretação do estado de sítio.

TIRANO SEM BASES

A segurança que o tirano aparenta demonstrar não se apóia nos fatos. Sua principal, e agora praticamente única, fonte de sustentação não é tão confiável - apesar das declarações de Pinochet de que "as Forças Armadas estão dispostas a derramar até a última gota de sangue" para defendê-lo. Somente desde julho, três militares anunciaram publicamente sua deserção e a adesão à oposição armada.

Se "por baixo" os soldados e patentes inferiores abandonam seus postos, "por cima" as altas patentes parecem articular-se para "evitar o pior". Segundo se comenta, o documento do general Galvin sugerindo a renúncia de Pinochet circula entre os militares. O próprio fato de os sequestradores o encontrar nas mãos do coronel Haerberle é um indicio de que sua circulação não é assim tão "restrita". Afinal, Haerberle, apesar de integrante do serviço secreto, é agora apenas funcionário de setor burocrático.

A ditadura chega aos 13 anos, que se completam no dia 11, sem muito para comemorar. E a iniciativa política vai passando para as mãos da oposição, que programa para os dias 4 e 5 nova jornada nacional de protesto e prepara-se para uma greve nacional prolongada, que apresse a derubada da ditadura.

(Pedro Ivo)

Boinas-verdes sem ter onde pousar

O governo de Ronald Reagan está encontrando dificuldades para conseguir que os países que seguem sua política na América Central - em especial Honduras e Guatemala - aceitem os boinas-verdes (conhecidos por seus crimes contra a humanidade na Guerra do Vietnã) como instrutores dos grupos contra-revolucionários nicaraguenses financiados pelos EUA.

Nas últimas semanas multiplicaram-se as viagens de agentes do governo norte-americano à América Central, mas nada ficou definido sobre a entrada dos boinas-verdes em ação aberta no território. E, ao mesmo tempo em que Reagan consegue do Congresso a aprovação de mais verbas para financiar os mercenários somozistas, aumentam também as denúncias de envolvimento dos "combatentes da paz" em narcotráfico e ações terroristas, inclusive contra os próprios Estados Unidos.

Em meados de agosto um grupo para-militar ianque realizou seu congresso nos EUA. Trata-se do Civilian Military Assistance (CMA), fundado em 1983 por Thomas Posey, ex-fuzileiro naval ianque, militante da clandestina e racista Ku Klux Klan.

O encontro reuniu 5 mil pessoas, e a entidade resolveu mudar de nome (de "Military" para Civilian "Material" Assistance), visando fugir das investigações policiais em torno de suas ações criminosas.

Com o congresso, vieram à tona algumas denúncias sobre a entidade. Posey, por exemplo, esteve envolvido num atentado à bomba numa embaixada em Manágua. Está sendo processado por envolvimento em tráfico de cocaína (apesar de acusar grupos patrióticos centro-americanos de ligarem-se ao comércio de drogas para "arrecadar fundos"). Esteve envolvido também num plano



O terrorista, "soldado da paz" e traficante Thomas Posey

para assassinar o embaixador norte-americano, Lewis Tamba, na Costa Rica. E, cinicamente, comentou: "Pode ser o motivo que os Estados Unidos precisam

para invadir a Nicarágua"... É este tipo de gente que recebe dinheiro de Reagan para "tomar o poder" na Nicarágua em nome da "liberdade".

TER PALAVRA PRA VALER TEM QUE
HO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER



A mesa do encontro nacional das mulheres

Encontro Nacional da Mulher e Constituinte

Representantes de todos os Estados e Territórios do Brasil, do campo e da cidade, de diversos segmentos sociais, partidos políticos e entidades, e cerca de 1.500 mulheres participaram do Encontro Nacional Mulher e Constituinte, realizado em Brasília terça-feira dia 26. Procuravam unificar as propostas de seminários, encontros e mobilizações das brasileiras interessadas em ver refletida na Nova Carta Magna as conquistas resultantes do esforço pertinaz de muitos anos.

O encontro reuniu mulheres do Bico do Papagaio, sertanejas de Petrolina (PE), trabalhadoras rurais de Paranavai (PR) e de dezenas de outros rincões do país, operárias de diversas categorias, domésticas, professoras, estudantes, representantes de entidades de bairros, de movimentos autônomos de mulheres e de Conselhos da Condição Feminina. E consolidou a opinião de que as mulheres são um dos setores que mais se mobilizam em torno da Constituinte.

No momento em que todos os brasileiros se voltam para a reformulação das normas que regem o Brasil, justamente esta maioria discriminada se movimenta exigindo tratamento especial à causa que defende para romper com o atraso, criar ambiente para desenvolver sua potencialidade e ocupar o espaço que lhe cabe na sociedade.

CARTA DAS MULHERES

Muitas participantes do encontro, que comemorou o 1º aniversário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, viajaram horas a fio, de ônibus, para levar seus depoimentos. A líder sindical do Bico do Papagaio Raimunda Gomes da Silva afirmou que as mulheres "sofrem a opressão do marido e dos latifundiários". E destacou que é necessário lutar pra valer e que sem sair de casa a mulher não vai se libertar. A candidata à Câmara Federal pelo PC do B em São Paulo, Lilian Martins, defendeu um capítulo especial na Constituinte sobre os direitos da mulher.

A presidente do Conselho, Jacqueline Pitanguy, enfatizou que a partir da elaboração da Carta das Mulheres, principal objetivo do encontro, o movimento feminino se mobilizará para reivindicar seus direitos na nova Constituição. O documento defende, entre outras coisas, igualdade de direitos entre homens e mulheres na família, na sociedade e no trabalho, o direito da mulher evitar ou interromper a gravidez, mudança da imagem da mulher na educação, reforma agrária, democratização do Estado e das instituições, respeito à auto-determinação dos povos.

O encontro foi exitoso pelo entusiasmo e participação, bem como pelo conteúdo progressista das reivindicações contidas na carta. Mas perdeu um pouco de seu brilhantismo pela centralização excessiva do Conselho Nacional, que monopolizou a coordenação dos grupos de trabalho, a redação final da carta e restringiu o uso da palavra das mulheres presentes. Nem as candidatas constituintes foram apresentadas. Foi preciso forte pressão do plenário para que Hortênsia Allende falasse sobre a resistência do povo chileno à ditadura de Pinochet. No entanto, o encontro culminou uma etapa da campanha Mulher e Constituinte e foi um estímulo à continuidade da mobilização das mulheres, que participarão da campanha eleitoral para eleger candidatos comprometidos com a luta do povo e da emancipação da mulher. (Ana Maria Rocha, Olívia Rangel)

PMDB faz congresso esvaziado em Brasília

De 24 a 28 de agosto o PMDB realizou em Brasília, depois de 20 anos de existência, o seu 1º Congresso Nacional. O evento, patrocinado pela Fundação Pedroso Horta para discutir as propostas do partido para a Constituinte, ficou bem abaixo da expectativa. Para uma agremiação partidária que conta hoje com 11 governadores, 214 deputados federais, 23 senadores e mais de 1 milhão de filiados, prestigiaram o congresso menos de 500 quadros peemedebistas.

Em parte, a baixa presença se deve à data do evento - quase dois meses antes do pleito de 15 de novembro. Boa parte dos militantes do partido se encontram agora em intensa campanha eleitoral. Mas por outro lado, o esvaziamento também reflete o impasse que vive a agremiação. Desagradou dos sentimentos democráticos do povo durante duas décadas de regime militar, o PMDB passa hoje por um dilema. De um lado estão os setores pro-

gressistas, que pretendem impulsionar as mudanças prometidas na campanha de Tancredo Neves; de outro, inúmeros fisiológicos e conservadores que pretendem barrar o avanço das lutas do povo brasileiro.

Apesar desse choque de visões, refletido no congresso, predominaram em Brasília as propostas mais progressistas. Nas 25 comissões formadas para analisar mais de 100 propostas, foram aprovadas resoluções avançadas, como o fim do conceito de segurança nacional existente na Constituição em vigor; restrições à ação política das Forças Armadas, inclusive com a punição de atos golpistas etc.

Estas resoluções servirão como base para a campanha dos peemedebistas para 15 de novembro e fazem parte das contribuições do partido para a Constituinte. Na Convenção do PMDB, prevista para janeiro próximo, elas deverão ser apreciadas.

ERRATA

No artigo "Banco Central revela nível de dependência do Brasil", publicado na edição anterior deste jornal (página 4), a informação correta é a seguinte: "Enquanto os 24,6 bilhões de dólares dos investimentos feitos pelos capitalistas estrangeiros renderam 1,06 bilhão de dólares (os lucros remetidos), correspondendo a 4,3% do capital total ou 6,1% dos recursos efetivamente aplicados (excluindo os reinvestimentos)" e, ainda, "sendo 10,6 bilhões de dólares de divisas conversíveis (dinheiro que nem está no país) e somente 1 bilhão de dólares de reservas em ouro".

Propostas do PC do B

O lançamento oficial, em São Paulo, do livro "Constituinte: Propostas do PC do B" será realizado no próximo dia 9 de setembro, às 19 horas e 30 minutos, com uma palestra do dirigente comunista João Amazonas no auditó-

rio da Secretaria do Interior do Estado, na Rua da Consolação. No dia 30 de agosto haverá uma noite de autógrafos, também com João Amazonas, no mesmo horário, no stand nº 99 da Livraria Kairós, na Bienal do Livro.

Quércia decola

Após o debate na TV, o teste da praça

Ao convocar o comício de sexta-feira 29, na Praça da Sé, a candidatura Orestes Quércia e seus aliados da Aliança Democrática Popular partiram para a contra-ofensiva na sucessão paulista. Procuram assim consolidar e ampliar o terreno conquistado no debate entre os candidatos, dia 25, onde Quércia teve um bom desempenho.

Quércia foi o primeiro candidato a governador, em São Paulo, a partir para um grande ato público, de massas, na rua, ao longo desta campanha. Ele próprio atribui um "valor simbólico" à escolha do local do comício, a Praça da Sé, centro de São Paulo, "onde iniciou-se a campanha das diretas-já, em 1984, e onde foi lançado o nome de Tancredo Neves para a Presidência da República". Há portanto, considerável ousadia na decisão, levando-se em conta que todas as demais candidaturas paulistas evitarão até agora um teste de forças deste gênero, e mesmo as convenções partidárias, ao contrário do que aconteceu em outros Estados, não tiveram convocação intensa ou forte comparecimento popular.

TRES OBJETIVOS

Com o comício, Quércia e seu vice, Almino Afonso, que também coordena a campanha e preside o PMDB estadual, procuram desamarrar simultaneamente três nós que vinham amarrando a campanha peemedebista. Pretendem ocupar espaços na capital paulista, que aparece na pesquisa como seu principal ponto débil mas possui uma gorda fatia de eleitores indecisos. Busca romper com as vacilações em alas do PMDB e seus aliados (em especial o PCB) que diante do bombardeio da imprensa preparavam as malas para aderir a Antônio Ermírio, pelo menos até o debate do dia 24. Por fim, tencionam criar um fato político de envergadura, capaz de reverter o clima de baixo astral das semanas anteriores e que valha também como desafio aos adversários.

Para se avaliar o peso desta manifestação no delicado e instável quadro sucessório do mais importante Estado da Federação, basta ver a expectativa que ele criou. Todo o país, desde José Sarney, passando pelo conjunto do universo político brasileiro, até Maluf, Ermírio, Suplicy, voltaram os olhos para a Sé, prontos para reavaliar estimativas e redefinir estratégias de acordo com a performance do comício de Quércia.

Da parte da grande imprensa paulista - que, grandioso o velho general De Gaulle, não é uma imprensa séria - houve uma decisão a priori de fazer o impossível para enterrar o evento. A TV Globo chegou a recusar a veiculação de matéria paga convocando o comício, uma atitude nada usual. Mesmo aí, porém, há limites na capacidade da imprensa, mesmo a monopolizada, "brigar com a notícia", como dizem os jornalistas.

O PAPEL DA ADP

O comício da Sé representa igualmente um batismo de fogo da Aliança Democrática Popular - coalizão política do PMDB com o PC do B, PSB e PCB, para dar sustento à candidatura Quércia. O PMDB paulista tem passado nesta campanha por uma dura lição de humildade e, ao menos na convocação do comício da Sé, dá mostras de que aprendeu alguma coisa. Acostumado com um tempo em que era o depositário único das esperanças democráticas do povo, constata agora que precisa conviver e trabalhar junto com outras legendas, se é que deseja seguir adiante.

(Bernardo Joffly)



O candidato do PMDB à sucessão paulista parte à caça dos votos da capital, onde está seu ponto débil

A imprensa retoca o debate

Uma curiosa reação movida os meios políticos paulistas desde o debate entre os candidatos a governador, na noite de sábado, dia 23, transmitido para todo o Brasil pela Rede Globo. Os dois grandes monopólios da imprensa no Estado, a "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo", apresentaram "pesquisas de opinião" atribuindo uma retumbante vitória ao candidato do PTB, Antônio Ermírio de Moraes. Paulo Maluf, do PDS-PFL, fez publicar como matéria paga outras tantas pesquisas, atribuindo a si todos os louros do debate. Porém no universo

político real da disputa sucessória, há evidências de que o vencedor foi Orestes Quércia, do PMDB, que, a partir de sábado, partiu para a contra-ofensiva.

As deserções e o desânimo nas fileiras peemedebistas estancaram. O desempenho de Quércia diante do vídeo, falando diretamente ao telespectador e defendendo uma plataforma progressista, inclusive diante de questões polêmicas como o aborto, marcou pontos. Não há nada definitivo. Afinal, a despeito das lendas que correm nos meios publicitários, ninguém ganha uma eleição a partir de um debate na TV. O calcanhar de Aquiles da

candidatura do PMDB, na capital e Grande São Paulo, continua exposto. Porém já se nota a olho nu uma inflexão na curva da campanha.

BRIGA DE PODRES

Da parte do eleitor simples, na maioria indefinido até agora, o bate-boca entre Antônio Ermírio de Moraes e Paulo Maluf, ao encerrar-se o debate, já de madrugada, causou perplexidade e mal-estar. "O Maluf descobriu lá uns podres do Antônio Ermírio e o Ermírio descobriu outros do Maluf... Foi aquela coisa" - comentava um metalúrgico, ajudante de produção na Zona Sul paulistana, em conversa com um trabalhador da construção civil, ambos ainda sem qualquer definição de voto.

Paulo Maluf, de óculos novos mas com a velha arrogância, e Antônio Ermírio, sem mirar a câmera nem conservar a calma, apareceram como sabedores de misteriosas passagens das vidas de um e de outro, que não ficaram claras mas definitivamente não cheiram bem. De outra parte, ficou a imagem de um trio de candidatos nascidos em berço de ouro - Ermírio, Maluf e Suplicy - que Orestes Quércia explorou com habilidade.

Sintomaticamente, foi a "Gazeta Mercantil", um jornal para capitalistas, de propriedade do banqueiro, deputado e ermirista Herbert Levy, que reconheceu: "Antônio Ermírio tinha três grandes objetivos no debate e alcançou a metade. Queria fixar a polarização com Maluf e conseguiu; desejava afirmar-se como uma pessoa competente e autêntica e passou a imagem de autenticidade; por fim, gostaria que Quércia fosse mal para acelerar um acordo com o PMDB, mas ele foi bem"...

Excesso de saliva

Desde o debate que a grande imprensa de São Paulo, e não só de São Paulo, dedica vastíssimo espaço ao incidente ocorrido diante da TV Globo, no momento em que os candidatos se dirigiam para o estúdio. O noticiário, parco de fatos e copioso em versões, sustenta que uma jovem do PC do B e um membro do PT teriam atingido com cusparadas o candidato Antônio Ermírio, do PTB, e o ex-prefeito Olavo Setúbal.

A direção estadual do PC do B distribuiu uma nota onde afirma formalmente que "não abona atos de violência contra os candidatos em disputa, como os noticiados pela imprensa". O PT também nega qualquer envolvimento. Entretanto, o noticiário, cego e surdo, continua a alimentar-se de si mesmo. Estranhamente, outros incidentes

do mesmo jaez não são mencionados. Poucos dias antes, a segurança de Antônio Ermírio de Moraes agredira o presidente do Diretório da Faculdade de Direito de Araçatuba, sem que saísse uma linha nos jornais. Na antevéspera do debate, uma equipe de capangas de Paulo Maluf cobriu de pancadas um grupo de jovens que gritava palavras-de-ordem, em Mogi das Cruzes, debaixo de igual silêncio.

Sem ocultar sua indignação, Antônio Neto Barbosa, presidente do PC do B paulista, vê no episódio "uma tentativa de forjar intrigas, indispor o partido com a frente democrática e, também, justificar o mau desempenho de Antônio Ermírio". Barbosa condena a violência na campanha, mas enfatiza que o povo tem o legítimo direito de expressar suas opiniões.



Maluf mostra a Ermírio a foto dos dois no palácio do governo durante a ditadura



Lideranças do PMDB alagoano e nacional no comício que lançou Teotônio Vilela Filho para o Senado

Oposição alagoana toma impulso nos comícios

Em Alagoas a campanha da coligação oposicionista que reúne o PMDB, PC do B, PSC e PTB tomou impulso definitivo depois que as primeiras pesquisas apontaram uma boa vantagem do candidato a governador peemedebista, Fernando Collor de Mello, sobre a "dobradinha" do PDS-PFL - Guilherme Palmeira e Divaldo Suruagy, que se revezam no poder há 12 anos.

Os comícios da caravana oposicionista empolgaram todo o interior alagoano nas últimas semanas, culminando com um primeiro comício em Maceió, na praia da Pajuçara, que reuniu mais de 10 mil pessoas. Levando charangas animadas, que empolgam sobretudo pelo apoio aos candidatos populares do PMDB, e numerosas comitivas do PC do B com suas bandeiras, a coligação oposicionista derruba as cercas dos currais eleitorais no interior, rompendo longos anos de isolamento, penetrando onde até há pouco até falar em oposição era um perigo.

A característica da campanha oposicionista é uma aliança ampla, em que não faltam candidatos populares, combativos, reconhecidos pelo eleitorado, como Eduardo Bomfim, que concorre à Constituinte, Mendonça Neto e Teotônio Vilela Filho, que pleiteiam o Senado, Alba Correia, Luciano Barbosa e Claudionor Araújo, candidatos a deputado estadual. Todos aparecem como depositários de excelentes votações.

SITUAÇÃO USA JAGUNÇOS

Da parte da situação, a campanha é marcada por tentativas de intimidação. Na semana

passada, na cidade de Flexeiras (onde há anos os governos da Arena, PDS e PFL acobertam a violência), a caravana oposicionista antes mesmo de chegar já recebia ameaças. Como não adiantou, e o povo compareceu ao comício oposicionista, jagunços desfilavam ostensivamente armados, tentando tumultuar. Veículos foram avariados e tiveram os pneus furados. E a polícia, de má vontade, nada fez para impedir as intimidações. Mesmo assim, a oposição fez uma grande manifestação política em Flexeiras.

Dois dias depois, em Barra de São Miguel (que o PDS-PFL também consideravam como "curral eleitoral"), houve outro episódio de provocação e agressão. Embriagados e armados, o ex-secretário estadual do Planejamento e atual coordenador do Pólo Cloroquímico de Alagoas, Evilásio Sopriano, e o ex-presidente da Empresa Alagoana de Turismo, Manoel Cavalcante (o Manduca), acompanhados de outros comparsas de Suruagy e Guilherme Palmeira, tentaram impedir que o deputado estadual e candidato ao senado pelo PMDB Mendonça Neto falasse num ato público. Só não conseguiram agredi-lo porque foram detidos. Mesmo assim, chegaram a espancar o fotógrafo Helder Monteiro, da "Gazeta

de Alagoas", e quebraram seu equipamento fotográfico. A polícia, tal como em Flexeiras, fez corpo mole. Mas o resultado foi ruim para o PDS-PFL, pois o fotógrafo conseguiu salvar o filme e as fotos da agressão foram publicadas.

O COMÍCIO NA PAJUÇARA

O comício na praia de Pajuçara, dia 22, para lançar a candidatura de Teotônio Vilela Filho ao Senado, prendeu a atenção de todo o Estado.

A presença de Ulysses Guimarães, dos ministros Dante de Oliveira e Raphael de Almeida Magalhães, de Miguel Arraes e do deputado paulista João Herman ajudou a mobilizar mais de 10 mil pessoas.

Entre as candidaturas proporcionais, destaca-se pelo crescimento a do deputado estadual Eduardo Bonfim, candidato à Constituinte apoiado pelas forças mais vinculadas ao povo, como o PC do B. Num debate transmitido ao vivo pela Rádio Difusora para todo o Estado, na semana passada, Bonfim defrontou-se com o notório direitista do PFL José Alves e um candidato do PT, partido quase inexpressivo em Alagoas. José Alves e o petista ficaram em maus lençóis. O primeiro, ao ser acusado de "corrupto e agente dos órgãos de repressão". E o último ao não conseguir responder à afirmação de que a coligação onde se encontra o PT só ataca a oposição, deixa quietos os pedessistas-pefelistas e, conforme evidentes indícios, é estimulada e até financiada pela situação. (da sucursal)

Comunistas de Americana lançam vice-prefeito à Constituinte

O PC do B de Americana (tradicional centro industrial têxtil, a 140 km da capital paulista, 150 mil habitantes) lançou domingo, dia 17, seus candidatos a deputado constituinte, Fernando Pupo, e Maria Noélia de Souza, para deputada estadual. Durante toda a semana que antecedeu o ato, os jornais da cidade noticiaram o lançamento e principalmente a presença do presidente nacional do partido, João Amazonas.

O ato político realizou-se na Câmara Municipal, com cerca de cem presentes. Além de Pupo e Noélia, compareceram outros candidatos comunistas da região, o deputado federal pelo PC do B Aurélio Peres e o reitor da Universidade Metodista de Piracicaba, Elias Boaventura. Boaventura, também candidato à Constituinte, lembrou a importância da liberdade para que o povo possa lutar e se organizar em partidos políticos e entidades representativas.

Representantes sindicais da cidade e da região também compareceram ao lançamento, demonstrando a importância da união do povo. O Sindicato dos Têxteis de Americana esteve representado por Henrique Demer. Também presentes



O ato público na Câmara teve a presença de Amazonas

Conceição Fornazari, do Sindicato dos Professores de Campinas e região, diretores do Sindicato dos Bancários e outros.

HOMENAGEM CARIÓBA

Fernando Pupo, que é vice-prefeito de Americana e agora concorre pelo PC do B à Assembleia Constituinte, rendeu homenagem em seu discurso ao bairro de Carioba, tradicional centro proletário da cidade. "Não é à toa que Carioba fez muitos comunistas", afirmou. "É que lá estavam

os trabalhadores, que lutavam contra o capital, contra a exploração e contra a opressão". Pupo também enfatizou as propostas que formam a plataforma do PC do B para a Constituinte.

Já Maria Noélia de Souza, funcionária pública, destacou a participação da mulher na discussão e solução dos problemas nacionais. De todos os partidos que concorrem em São Paulo, é o PC do B que apresenta maior quantidade de mulheres em suas listas - 24 em 91 candidaturas. (da sucursal)

A silenciosa e indesejável visita do FMI

Sem alarde, evitando publicidade, uma missão do Fundo Monetário Internacional, com sete técnicos, está novamente vasculhando a economia brasileira. Chegou ao país no dia 17 e pretende permanecer até 5 de setembro, por sinal a mesma data em que se encerra o prazo para a conclusão da chamada Fase 3 da renegociação de nossa dívida externa.

Funcionários do Banco Central e o próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, procuraram minimizar a natureza da discreta visita, mencionando o artigo 4º do Convênio Constitutivo do FMI, que prevê consultas da entidade a cada 12 meses a todos os países-membros.

REPULSA

Essa explicação, porém, não foi bastante para neutralizar o forte sentimento de repulsa em relação ao FMI; e a imprensa generalizada de que a dignidade da nação vem sendo pisoteada. O governo, aliás, tem consciência da aversão que o Fundo desperta.

O presidente Sarney e as autoridades econômicas bem que tentaram evitar a incômoda presença dos técnicos do órgão. Propuseram, até com insistência, o adiamento da visita ao menos para depois das eleições de 15 de novembro. Mas o FMI, interessado sobretudo em manter uma aparência de normalidade em suas relações com o Brasil, preferiu ignorar os apelos.

A burguesia não tem conseguido esconder seu desconsolo com a situação. Afinal, que há de anormal numa missão meramente protocolar, estatutária, da entidade que tem por finalidade zelar pela boa saúde das finanças capitalistas em

todo o planeta?

A verdade é que as coisas já não se passam mais com tanta naturalidade. Se a presença dos técnicos do FMI coletando informações sobre as contas nacionais junto aos órgãos públicos é sentida como uma intromissão intolerável nos problemas internos do país, antes de tudo isto revela o anseio patriótico do povo por um desenvolvimento realmente independente da economia brasileira.

CONSCIÊNCIA POPULAR

No rastro da luta democrática contra o regime militar, formou-se também uma poderosa oposição ao FMI, corretamente identificado na consciência popular como instrumento dos grandes banqueiros imperialistas, em especial os norte-americanos. O governo Sarney mostrou-se sensível a isto, limitou a desventura da entidade nos ministérios econômicos, mas isto ainda é, sem dúvida, insuficiente.

O povo exige medidas energéticas para colocar o país no rumo da independência, a começar pelo rompimento puro e simples com o Fundo e com as regras impostas pela comunidade financeira internacional, inclusive a suspensão do pagamento da dívida externa.



Foto: Wilson Melo

Amato, novo presidente da Fiesp (esq.), com seus predecessores

Novo presidente da Fiesp quer lobby para Constituinte

O dirigente do grupo Springer, Mário Amato, é o novo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A poderosa entidade patronal, famosa pela truculência perante os movimentos trabalhistas, reúne 111 sindicatos, representando dezenas de milhares de indústrias, que respondem por 55% da produção industrial brasileira.

Antes mesmo de sua eleição (ocorrida no dia 20), Amato, sucessor de Luiz Eulálio Vidigal, declarou à imprensa que possui pelo menos um grande projeto: criar, na Fiesp, um departamento específico com a função de fazer um lobby dos capitalistas na Constituinte.

PRESSÃO CONSERVADORA

As declarações do novo presidente da Fiesp evidenciam a consciência da burguesia perante a cartada política da Constituinte. Ela joga pesado. "Montaremos uma rede de computadores para dar informações atualizadas sobre cada projeto constitucional em tramitação ou debate, bem como sobre a posição dos autores", declarou.

Este tipo de atividade conservadora é característico da Fiesp praticamente desde

sua fundação em 1939. Às vésperas da Constituinte de 1946, o presidente da entidade, Roberto Simonsen, criou uma comissão com a finalidade de influir na elaboração da Carta Magna.

A Fiesp sempre teve participação destacada na definição da política econômica do país, participou das disputas eleitorais e, evidentemente, também das conspirações golpistas. Na década de 60, quase todos os seus dirigentes estavam envolvidos na conspiração, via IBAD. Em 1964, o então presidente da Fiesp, Rafael Noschese, formalizou o apoio do órgão ao golpe através de telegrama ao general Castelo Branco.

O ministro Dilson Funaro comenta que, sob a ditadura, a entidade "internou-se nos gabinetes, tentando influenciar diretamente os tecnocratas que arrebataram os centros de decisão". As multinacionais sempre tiveram forte apoio da Fiesp, de cujo comando participam.

Esses fatos servem para mostrar que, ao contrário da retórica utilizada pela burguesia para os sindicatos, os órgãos de classe capitalistas servem em todos os sentidos a seus interesses, especialmente através da participação intensa na vida política.



Aldo Rebelo sofreu várias escoriações

Malufismo promove cena de pancadaria

Em Mogi das Cruzes (220 mil habitantes, 50 km a leste de São Paulo), a inauguração de um comitê eleitoral de Paulo Maluf, quinta-feira dia 21, terminou degenerando num episódio de pancadaria que lembrou o célebre "Massacre da Freguesia do Ó". Jovens ligados ao MEL (Movimento Ecológico Livre, entidade local de defesa do meio ambiente) e à UJS (União da Juventude Socialista) resolveram promover um protesto contra a presença do candidato da direita na cidade. Foi só iniciarem as palavras-de ordem e os seguranças de Maluf - "uns gorilas", segundo declararam os agredidos - partiram para a pancadaria. Revoltados, os jovens reviraram e a inauguração terminou não existindo.

O líder do MEL, Marcelo Arriaga, o fundador da UJS e candidato à Constituinte, Aldo Rebelo, e o jovem candidato a deputado estadual Ivan Prado sofreram numerosas escoriações. Porém a reação dos moradores de Mogi ao saberem do incidente foi de franco repúdio à agressão desproporcionada dos capangas malufistas contra jovens da cidade que apenas expressavam suas opiniões.

Arraes e FPP fazem grandes manifestações

A campanha da Frente Popular de Pernambuco, encabeçada por Miguel Arraes, já entrou na fase dos grandes comícios, reunindo um total de mais de 30 mil pessoas num único fim-de-semana, no interior do Estado. Sexta-feira, dia 15, 5 mil pessoas transformaram o que seria apenas um ato de filiação de antigos membros do PFL ao PMDB numa grande manifestação. Em seguida, no município de Palmares, 20 mil pessoas superlotaram a praça Paulo Paranhos.

No dia seguinte, no Clube de Engenharia, em Recife, Arraes participava de uma concorrida feijoada para angariar fundos em favor do candidato popular à Constituinte Luciano Siqueira. A seguir, "para tirar a ressaca", como disse brincando, realizava uma caminhada na feira de Caruaru, acompanhado por milhares de pessoas. E domingo, no município de Lajedo, fechava o roteiro com um comício que reuniu mais de 6 mil populares. Um trem inteiro, batizado "o trem da esperança", dirigiu-se de Recife para o comício de Palmares, superando todas as expectativas. Centenas de pessoas superlotaram os vagões. (da sucursal)

Candidato do PC do B-Ijuí é agricultor

A Câmara Municipal de Ijuí (80 mil habitantes, na Zona Missioneira do Rio Grande do Sul) ficou lotada no ato de lançamento da candidatura do lavrador Israel Rocha a deputado federal Constituinte, pelo PC do B. Além de militantes do partido, participaram do ato lideranças dos bairros da cidade e delegações de outros municípios, como Ajuricaba, Cruz Alta, Frederico Westphalen e Três Passos. Representando o PMDB, compareceu o vereador e candidato a deputado estadual Valmir Beck da Rosa, que ressaltou a importância de se eleger constituintes como Israel Rocha para avançar no sentido de uma Constituição democrática.

Num momento de emoção, o candidato fez vibrar o povo presente ao proclamar seu compromisso: "Enquanto eu viver, lutarei sem tréguas para a libertação do povo. Sou candidato da reforma agrária, da soberania nacional e da democratização das Forças Armadas". Após o ato, os participantes se dirigiram à pequena gleba do candidato, para confraternizar com uma "mandiocada" regada a "garapa" e muita música. (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Pobre democracia

A grande imprensa acaba de dar mais um "show" de democracia, como anunciou o apresentador oficial do debate na TV entre os cinco candidatos ao governo de São Paulo. Muito mais show do que democracia, na verdade. Para contentar os interesses de todas as partes, o regimento interno do programa era tão rígido que cada um só tinha tempo para soltar algumas frases de efeito, dar umas estocadas nos adversários e negar sumariamente qualquer acusação que lhe fosse lançada.

IMAGEM SUPERFICIAL

O debate mostrou de fato a pobreza da democracia ainda existente. Os grandes temas nacionais e mesmo questões estaduais importantes ficaram longe de qualquer tratamento sério. As perguntas dos representantes da imprensa visavam muito mais colocar os candidatos em dificuldades do que esclarecer posições. A televisão foi mais uma vez utilizada principalmente para dar uma imagem superficial das coisas, com aparência de grande acontecimento.

Se a intenção fosse de promover a democracia, a TV estaria aberta diariamente para debater as questões sociais em pauta e não apenas em ocasiões especiais no estilo "fantástico". Se esta fosse a intenção, não só os candidatos mas representantes de todas as correntes políticas, líderes sindicais e populares, seriam chamados a debater cotidianamente os seus problemas e procurar soluções. Se esta fosse a intenção, a TV estaria aberta para a discussão minuciosa das teses para a Constituinte. Mas isto já ultrapassaria os interesses da grande imprensa e colocaria em risco a transição conservadora que se arquiteta para o país.

SEM O POVO

A democracia que o povo precisa não é esta demonstração superficial apenas. As mudanças necessárias, para criar de fato uma nova situação para o povo, precisam ser de profundidade, em todos os terrenos e as discussões para isto devem envolver milhões de brasileiros em todos os recantos do país. A TV poderia ser utilizada para promover este processo, mas isto não acontece pelo atrelamento estreito entre os grandes meios de comunicação e os monopólios brasileiros e internacionais.

O fato de diversos candidatos ao governo falarem algumas palavras sobre algumas questões não caracteriza a diversidade de opiniões existente na sociedade. Na verdade aquelas são as opiniões de alguns grandes grupos que, pela situação política existente, lançam candidatos a governador. O grande público estava ausente. A opinião do trabalhador do campo e da cidade não se fez ouvir, nem ao menos para perguntar. Esta é a democracia que nos querem impingir. Uma democracia de cúpulas, sem a participação das massas. Até mesmo como espectadores, muitos dos brasileiros ficaram alijados pelo horário em que o debate foi ao ar. A esta hora, o trabalhador que acorda de madrugada para ir à fábrica ou à lavoura está excluído.

IMPrensa POPULAR

De qualquer forma, pode-se dizer que é melhor do que a antiga Lei Falcão. Mas é só um consolo. Dentro da luta pelo avanço da democracia no país, está inserida a batalha pela democratização dos meios de comunicação. A luta para que as diversas correntes de opinião pública, as organizações populares e sindicais, tenham espaço permanente no rádio e na TV, e para que os órgãos de imprensa destas entidades, e os pequenos jornais, sem fins lucrativos, sejam protegidos e incentivados. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Jânio e a religião

O prefeito Jânio Quadros proibiu, através de um de seus bilhetinhos, a realização de cerimônias religiosas dos coreanos e umbandistas nos cemitérios do município de São Paulo. O arrogante prefeito sempre que pode lança-se ao ataque contra os ateus e materialistas e apresenta-se como homem de muita fé. Mas pelo visto, ao sr. Jânio não basta que o cidadão seja religioso, tem que ser uma religião que agrade ao prefeito.

No Brasil a luta dos umbandistas em defesa de sua religião tem uma história cheia de heroísmo. Começou com os escravos, tendo que esconder seus deuses com o nome de santos da religião católica para que suas festividades e cultos fossem permitidos. Mesmo depois de se registrar a liberdade religiosa na Constituição, por muito tempo foram freqüentes as invasões dos terreiros de candomblé pelas forças policiais. Até hoje, embora enrustidas, continuam existindo restrições de todo tipo contra os não católicos.

A fragilidade da liberdade religiosa é tão evidente que Jânio se sente encorajado a proibir as práticas religiosas de umbandistas e coreanos com um simples bilhetinho. O fato, além do aspecto ridículo, tão a gosto do prefeito, constitui grave violação dos direitos democráticos.

Escrevendo a um jornal paulista, no ano passado, o senador Amaral Peixoto, presidente nacional do PDS, defendia a existência do Senado usando um argumento antigo e, paradoxalmente, sincero. "A existência de duas assembleias - disse ele - colabora para o equilíbrio, a continuidade, a mudança sem radicalismo, a transformação sem revolução". Não podia ser mais claro. Nos sistemas parlamentares ocidentais o Senado tem tido sempre esse caráter de tutela sobre as Câmaras Legislativas. Na verdade, essa característica acentua um dos traços distintivos do parlamento burguês.

O parlamento não foi uma criação revolucionária das massas. Ele surgiu nas brumas da Idade Média, nas lutas para limitar o poder real. A assembleia de barões que impôs ao rei a Magna Carta, na Inglaterra do século XIII, deu origem à Câmara dos Lords, atual Câmara correspondente ao Senado. Mais tarde, a burguesia urbana juntou-se a essa luta contra o rei, constituindo sua própria assembleia, a Câmara dos Comuns. Somente séculos mais tarde, entretanto, quando se deu o assalto final da burguesia contra o feudalismo, é que os parlamentos ocidentais adquiriram sua feição moderna, mantendo de qualquer maneira o caráter aristocrático do Senado.

"O parlamento - diz um historiador - foi modelado gradual e lentamente como instrumento político pelas camadas altas da burguesia, que se viam obrigadas a disputar a supremacia contra a monarquia absoluta por sua ala direita, e contra os plebeus, por sua esquerda". (George Novack, "Democracia y revolucion", Barcelona, Editorial Fontarama, 1977). Os dirigentes e ideólogos burgueses tiveram que usar a doutrina da soberania popular contra o dogma monárquico do direito divino dos reis. Ao mesmo tempo, precisavam encontrar uma forma de manifestação da soberania popular controlável e cujo governo favorecesse a seus interesses de classe.

A luta política nos limites do parlamento

O parlamento, e a doutrina de representação através da delegação da soberania do povo aos deputados - formulada por John Locke -, indicou o modelo que permitiria conciliar os ideais liberais defendidos no discurso burguês com a prática de um governo desse tipo. A burguesia circunscreveu, assim, a luta política às disputas eleitorais e à luta parlamentar, tirando o debate das ruas e colocando-o entre as paredes do parlamento.

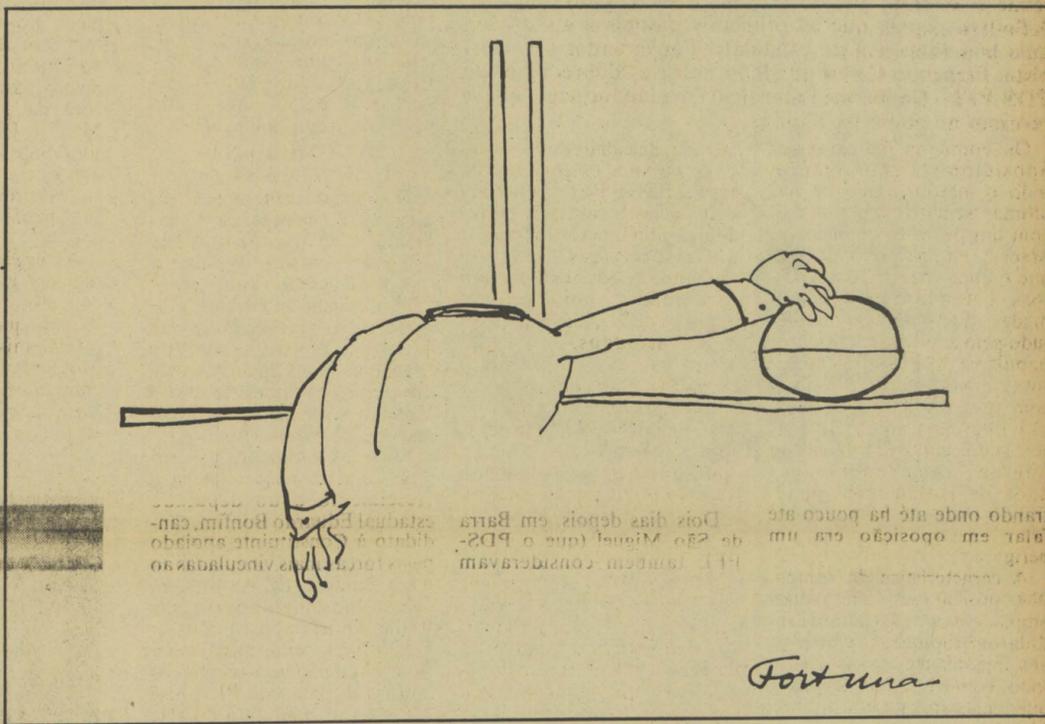
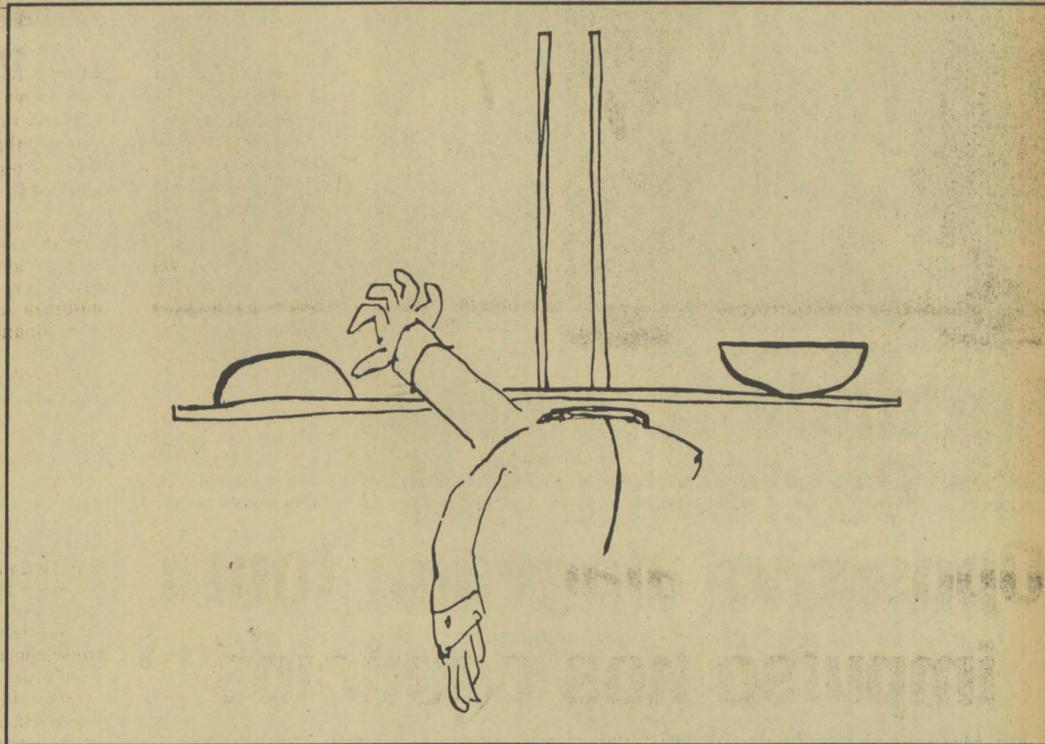
O Senado constitui um freio a mais nesse sentido. O limite de idade exigido para os senadores, mais alto que para os deputados, já é um entrave, pois parte da ideia de que os políticos mais maduros serão mais comedidos, mais indiferentes aos reclamos populares, mais fiéis à continuidade e incolumidade do sistema político.

Há outro aspecto que devemos considerar. Cada eleição exprime, no conjunto dos eleitos, o estágio mais ou menos atrasado da luta de classes, o poder que cada classe ou facção de classe detém na realidade, a capacidade que cada força social tem de impor ao conjunto da sociedade suas próprias soluções para os problemas colocados pela vida social. Como os senadores têm mandatos sempre mais longos que os deputados (no Brasil é de oito anos), e como sua renovação é sempre parcial (no Brasil, um terço do Senado numa eleição e dois terços na seguinte), o Senado tem sempre em seu interior uma parcela da representação antiga, um contrapeso do passado a deter a marcha das forças mais afinadas com as exigências do presente.

Outro argumento que se usa para defender o Senado é a representação dos Estados. Essa ideia surgiu nos Estados Unidos, após a Independência, quando os delegados da coalizão de capitalistas e donos de plantations escravistas, que redigiram a Constituição americana, tiveram que conciliar as conquistas democráticas populares - firmemente expressas na Declaração de Independência, onde o direito à revolução está inequivocamente reconhecido - com a manutenção de suas próprias posições, propriedades, poder e privilégios.

A pretexto de garantirem representações equitativas para os Esta-

Senado: um freio ao avanço democrático



dos, criaram o sistema bicameral: assim, qualquer emenda à Constituição só poderia ser aprovada por três quartos dos Estados, isto é, do Senado. Dessa forma, os interesses dos Estados sulistas ficavam protegidos por um Congresso onde sua representação era minoritária, e a escravidão dos negros nas fazendas do Sul, juntamente com outras formas de propriedades privadas, estavam garantidas.

No Brasil, o Senado nasceu junto com o Estado independente, e desde o Império foi "um freio às tentativas de mudanças mais rápidas" (José Honório Rodrigues, "História Combatente", Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982). Os senadores eram escolhidos pelo imperador numa lista tríplice eleita por cidadãos qualificados, os candidatos deviam ter uma renda equivalente ao dobro da exigida para os deputados e ter mais de 40 anos. O mandato era vitalício, e os "Príncipes da Casa Imperial" eram senadores natos, assumindo "logo que chegarem à idade de 25 anos" (Constituição do Império).

Em 1977, para conter os avanços oposicionistas no Congresso Nacional, o regime militar voltou a introduzir os senadores nomeados na vida política brasileira, ao determinar que um terço das vagas no Senado seriam preenchidas por eleição indireta. Esse casuismo garantiu para os últimos generais presidentes uma maioria no Senado, barragem de difícil transposição para as iniciativas democráticas originadas na Câmara dos Deputados.

A democratização plena do Congresso Nacional impõe a supressão do sistema bicameral, com a extinção do Senado, que tem, hoje, mais poderes que a Câmara: compete-lhe, entre outras coisas, julgar o presidente da República, os ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal, aprovar a escolha de magistrados nos casos previstos pela Constituição, dos ministros do Tribunal de Contas da União, legislar sobre as dívidas dos Estados e Municípios etc.

Esses poderes devem ser atribuído à Câmara Federal, mas isso não basta para sua democratização. É preciso ainda devolver-lhes as prerrogativas tiradas pelos generais, como o poder de modificar o orçamento proposto pelo Executivo, o direito de investigar livremente todos os aspectos da vida nacional, constituindo quantas Comissões Parlamentares de Inquérito forem necessárias, eliminar a figura antidemocrática do decreto-lei etc.

Democratização do Congresso Nacional

Estas são algumas exigências democráticas ao nível da competência do Legislativo. Além delas, há necessidade da correção dos critérios de proporcionalidade na composição da Câmara Federal hoje vigentes. É necessário que a equação um homem = um voto seja verdadeira, isto é, o número de cadeiras do parlamento deve ser dividido proporcionalmente ao número de eleitores de cada Estado, corrigindo a aberração da representação atual, quando os Estados populosos, mais desenvolvidos e de eleitorado mais progressista, têm bancadas parlamentares menores do que teriam se o critério de proporcionalidade fosse aplicado corretamente, e permitindo em consequência aos Estados mais atrasados - e às oligarquias que os controlam - um poder parlamentar maior do que aquele que realmente têm no conjunto do eleitorado nacional.

A democratização do Legislativo não deve nos iludir quanto ao caráter de classe do parlamento burguês. No Brasil, ele é hoje uma instituição dominada por bacharéis, latifundiários e empresários. Uma pesquisa entre os 479 deputados federais eleitos em 1982 mostrou que há apenas dois operários - os deputados Aurélio Peres, do PC do B, e Djalma Bom, do PT - ao lado de 163 fazendeiros, 236 advogados e 52 empresários ("Veja" 5.01.1983).

Não será, entretanto, a simples elevação do número de parlamenta-

res populares que modificará o parlamento burguês. O verdadeiro parlamento popular, onde a representação política é uma autêntica expressão da soberania popular, foi descoberto pelos operários revolucionários da Comuna de Paris, no século passado, e pelos operários russos na Revolução de 1905 - os conselhos e soviets de trabalhadores, eleitos por local de trabalho e de moradia.

A transformação dos soviets na base do sistema político que surgiu com a Revolução de 1917 na Rússia foi um passo gigantesco e, apesar do arremedo burocrático em que se transformou hoje, a constituição do sistema dos soviets, coroado pelo Soviete Supremo, indicou o caminho a seguir. Lênin considerou-o a maior invenção da história, a prova de que a democracia operária podia abandonar o parlamentarismo burguês, uma democracia em que os deputados dos soviets podiam e deviam, "eles mesmos, trabalhar, cumprir as leis por si elaboradas, verificar com os seus próprios olhos o que acontece na vida e serem diretamente responsáveis perante os eleitores".

Um parlamento desse tipo será resultado de mudanças políticas, econômicas e sociais muito profundas - ele será a expressão de uma superação revolucionária da atual forma de organização da sociedade e da economia no Brasil. Seu vislumbre não deve ser perdido pelos militantes operários e populares. Esse vislumbre não deve impedir, entretanto, a luta consequente pela democratização desse campo de luta de importância inegável que é o parlamento. sua transformação numa instituição que reflita com a menor distorção possível a situação real da luta política no país, que permita aos setores mais avançados obterem conquistas políticas e econômicas, cada vez mais amplas, que ofereça aos políticos progressistas, operários e populares, condições favoráveis para a organização do povo em torno de seus objetivos. A supressão do Senado poderá representar, assim, um avanço democrático. (José Carlos Ruy)



O plenário optou maciçamente pela chapa 1, "Mulheres em Luta"

Entidade feminina de Caxias do Sul tem nova direção

A União de Mulheres Caxiense (UMCA) elegeu a sua nova diretoria numa concorrida disputa, no Sindicato dos Metalúrgicos. Pela primeira vez na história da entidade, após quatro anos de existência, surgiu uma chapa de oposição. A chapa 1, "Mulheres em Luta", foi vencedora com 234 votos, enquanto a chapa 2, "O Despertar", recebeu 139 votos.

A chapa 2 assumiu uma posição provocadora, inclusive chamando a polícia para intervir no início dos trabalhos. Mas o plenário reagiu com firmeza e a ordem foi assegurada pela organização das mulheres. Enquanto as mulheres participavam do evento, os homens cuidavam de uma creche improvisada noutras dependências do Sindicato.

A presidente da entidade é Abigail Pereira Vargas, sócia fundadora da UMCA, reeleita sucessivamente desde 1984. No ato de posse Abigail declarou: "A UMCA demonstra mais uma vez que o seu trabalho está sendo reconhecido perante a sociedade. A vitória de nossa chapa registrou um avanço no sentido das reivindicações e da luta das mulheres por seus direitos". A chapa vencedora contou com o apoio e solidariedade de setores democráticos do PMDB, PDT, PFL, da União de Mulheres de Bento Gonçalves, da União de Mulheres de Porto Alegre, e do PC do B.

Diversas mulheres talarão à *Tribuna Operária* sobre o evento:

Tânia: "Foi um fato histórico para Caxias. Nunca a entidade conseguiu reunir tantas mulheres". "Vó" Jaila, líder comunitária, sócia fundadora, com 83 anos de idade: "Há necessidade dos homens e mulheres



Abigail Vargas, reeleita para a presidência

serem iguais. Tenho oito filhos e aprendi que a gente tem que ensinar isto a eles desde quando nascem. Eu sempre tive vontade de participar, mas não arranjava tempo pois sempre fui empregada. Depois de 1947 eu comecei a amadurecer. Nunca travei a língua. Se uma pessoa me pergunta dou logo a solução dos problemas". Dona Lourinha: "O método que usei para trazer as companheiras até aqui foi explicar sobre os direitos da mulher, a valorização da mulher, a exploração da mulher". Rachel Graziotin, vice-presidente da atual diretoria: "É com muita satisfação que vejo esta assembleia depois de quatro anos de existência da entidade ser a maior e a mais representativa. É um sinal evidente da conscientização e da participação da mulher da nossa terra". A UMCA já conta atualmente com mais de 1.600 filiadas. (da sucursal de Caxias do Sul - RS)

Mulheres realizam seu maior encontro em Imperatriz, MA

Com a presença de 400 mulheres da região tocantina (Imperatriz, Açailândia e Porto Franco) realizou-se no último dia 24 o maior encontro de mulheres da história de Imperatriz. Elas vieram de diversos povoados e bairros destas três cidades para debater a violência contra a mulher e discutir sua participação na Constituinte.

O encontro contou também com a participação da sra. Isabel Cafeiteira, esposa do candidato a governador pela Aliança Democrática, que ouviu as reivindicações das mulheres e pôde constatar a difícil situação de vida em que elas se encontram.

Depois da abertura a coordenadora do encontro, Teresa Figueiredo, abriu a palavra para as representantes de bairros e povoados. Denúncias de violências físicas e sexuais, repressão às quebradeiras de coco de babaçu, ameaças de morte a homens e mulheres que lutam pela reforma agrária foram uma constante nas intervenções delas. Uma senhora da periferia de Imperatriz de cerca de 60 anos, contou que foi atacada por um tarado que queria estuprá-la quando ela voltava pra casa carregando uma criança de três anos. Outra mãe, revoltada, denunciou que um famoso pistoleiro da região assassinou seu filho e continua impune. As quebradeiras de coco denunciaram

as repressões que sofreram para quebrar o babaçu e viver do produto da venda: "Como a gente não tem terra - disseram - somos obrigadas a invadir fazendas à procura de babaçu e somos diariamente atacadas e ameaçadas por jagunços. Muitas vezes eles nos botam prá correr e tomam nosso coco".

MULHER E CONSTITUINTE

Na segunda parte dos trabalhos a presidenta da União de Mulheres de São Luís, Maria José Leite, fez uma explanação sobre o que é Constituinte, relatando a participação feminina na elaboração de outras constituições. Ela destacou a necessidade de se construir um grande movimento de massas para que as mulheres conquistem na próxima Constituinte o espaço que lhes foi negado até hoje, acabando com a discriminação e a desigualdade.

Aberto o debate as mulheres fizeram fila para falar. E concluíram: "Temos que votar em candidatos que defendam o povo e as mulheres e não em pistoleiros e membros da UDR que irão defender o latifúndio e legalizar a violência no campo".

No encerramento falaram os candidatos Luiz Pedro e Valter César, além do presidente regional do PC do B, Dilermano Toni, que deram seu apoio ao movimento de mulheres tocantinas.

Alunos contra espionagem na universidade

Cerca de 900 alunos da Universidade Federal do Ceará decidiram em assembleia protestar contra a espionagem na entidade. Invadiram a Assessoria de Segurança e Informação, órgão do Ministério da Educação mas que tinha o objetivo de fornecer informações sobre alunos, professores e funcionários ao SNI no período da ditadura militar.

Ao entrar em três salas do órgão, que funciona ao lado da reitoria, os estudantes retiraram centenas de pastas contendo documentos secretos e fichários com informações sobre a atividade política de membros da comunidade universitária, como filiação partidária, participação em greves e até

pronunciamento de discursos considerados "ofensivos às autoridades"! Tudo cuidadosamente anotado...

As ASIs foram extintas em portaria assinada pelo ministro Jorge Bornhausen no dia 5 de agosto último. Os estudantes levaram os documentos com datas desde 1968, para a sede do Diretório Central. Representantes do DCE, dirigido por Ricardo Chaves, e de diversos Centros Acadêmicos, decidiram chamar a imprensa, que fotografou os documentos, resquícios da repressão política na universidade, característica do regime militar. Policiais federais invadiram a universidade exigindo a devolução dos documentos que os alunos se recusaram a entregar.

UNE e UBES fazem seminário sobre alfabetização

Nos dias 16 e 17 de agosto a UNE e a UBES realizaram o seminário "Alfabetizar e Aprender" no Pavilhão de Aulas da Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

O seminário representou o encerramento do trabalho de elaboração de um projeto de educação básica de jovens e adultos que vinha sendo realizado pelas entidades desde março último. A ideia deste trabalho surgiu da união de dois objetivos. O primeiro deles a oportunidade de estágios para os estudantes numa atividade de interesse na qual eles podem colocar em xeque os conhecimentos adquiridos na Universidade e na escola em contato com a realidade. O segundo é o desenvolvimento de um programa - que pode ser assumido por extensão pelas universidades - que interessa à população pois trata-se de uma questão que merece nossa atenção - o analfabetismo.

PROJETO CRIATIVO

O projeto prevê o trabalho do estudante como estágio regulamentado, atividade curricular e remunerada. Foram previstas de uma a

três experiências-piloto para que, podendo acompanhar o desenvolvimento do trabalho mais de perto, sua ampliação seja fruto de passos mais acertados. Em cada local de implantação serão formadas comissões com representantes das entidades estudantis, órgãos envolvidos e lideranças comunitárias.

De início os estudantes trabalharão na periferia de grandes centros urbanos. As entidades já estão fazendo contatos no sentido de viabilizar o projeto.

O seminário teve dois debates: o primeiro, no dia 16, com o tema "A educação básica de adultos no Brasil"; como debatedores Zuleide Teixeira, coordenadora de educação do Conselho Nacional da Mulher, Nereide Saviani, do setor suplementar da Secretaria de Educação de São Paulo e Vera Barreto, do grupo Vereda. O segundo debate teve o tema "Universidade e 2º grau na educação de adultos". O professor Moacyr de Goes, superintendente de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro relatou sua experiência no projeto "De pé, no chão, também se aprende a ler", realizado em Natal, Rio Grande do Norte, de 1960 a 1964.

Cerca de 150 participantes de quase todos os Estados aprovaram as linhas gerais do projeto UNE/UBES.

Nos dias 26, 27 e 28 de setembro as duas entidades estudantis realizarão um seminário sob o tema "Educação e Constituinte", em Brasília.



Gisela, presidenta da UNE

Estudantes lutam por restaurante e verbas

A falta de recursos para o funcionamento do restaurante universitário da Fundação Universidade do Amazonas (FUA) motivou a realização de um ato público em frente ao prédio da reitoria, no último dia 20, interditando um trecho da avenida Getúlio Vargas.

Convocados pelos centros acadêmicos e pelo Diretório Central de Estudantes, cerca de 200 estudantes munidos de faixas e cartazes e um carro de som, exigiram a presença do reitor Roberto Vieira para prestar esclarecimentos sobre a alegada falta de verbas.

No momento em que os estudantes eram informados da ausência do reitor, soldados da PM - carro nº 22033 - tentaram dissuadir os manifestantes a pôr fim ao protesto, o que não conse-

guiram. Francisco Deodato, presidente do DCE protestou contra as pressões e responsabilizou o reitor no caso de alguém ser espancado.

Após a manifestação os estudantes caminharam até a Casa do Estudante. No trajeto cantavam o corinho: "Como poderei estudar/dia e noite e dia/com a barriga vazia". Ao mesmo tempo denunciavam à sociedade manauara a situação de falência da universidade, sem restaurante, sem biblioteca, sem laboratórios, com deficiência nos transportes. Na Casa do Estudante, o presidente do DCE, Antônio Lavino, candidato a deputado estadual pelo PC do B, vaticinou o início de uma grande luta pelo funcionamento do R.U. em suas vertentes de educação, de



Roberto Horiguti, líder dos camponeses

Morreu Horiguti, presidente da Fetaesp

Faleceu, no último dia 17, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Roberto Toshio Horiguti. Ele era também candidato a deputado federal pelo PMDB e foi vítima de um acidente automobilístico em viagem de campanha.

Horiguti era filho de imigrantes japoneses, pequenos proprietários de terra que, para assegurar a sobrevivência, tinham que arrendar terra de terceiros. Entrou para o movimento sindical em virtude dos conflitos surgidos em torno do arrendamento. Em abril de 1970 participou pela primeira vez da diretoria da Fetaesp, como secretário-geral. Em 1972 foi eleito para o cargo de presidente e de lá para cá foi sucessivamente reeleito.

No último período de sua gestão, a Fetaesp dirigiu a retomada de uma vigorosa movimentação de massas do movimento rural no interior de São Paulo.

Horiguti foi substituído na presidência da entidade por Orlando Isac Dirrier.



Manifestação no dia do aniversário da cidade

Cresce a luta dos sem-terra de Sorocaba

Os "sem terra" de Sorocaba foram a Brasília numa caravana de 50 pessoas, da qual fazia parte o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sorocaba, para expor seus problemas ao ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. Na ocasião entregaram ao ministro um abaixo-assinado, contendo mais de 10 mil assinaturas colhidas na cidade, exigindo reforma agrária em Sorocaba e regiões vizinhas e a inclusão da Fazenda Ipanema nas áreas a serem desapropriadas.

O ministro prometeu fazer a reforma agrária "onde for necessário" e no mesmo dia enviou um telex ao Incr de São Paulo solicitando com urgência informações sobre a Fazenda Ipanema, que tem mais de seis mil hectares, a maioria terra boa, pertencente ao Governo Federal.

De volta a Sorocaba, a caravana aproveitou o aniversário da cidade para organizar uma passeata pela cidade, com faixas e cartazes. Ao final da manifestação, foi realizada uma concentração diante do palanque das autoridades - nas festividades de aniversário - e foi entregue um documento ao governador Franco Montoro exigindo a designação de um engenheiro agrônomo para visitar a Fazenda Ipanema.

Na parte final das comemorações, na parte dos cumprimentos ao público, a candidata a deputada federal pelo PC do B, Marinete dos Santos não deixou por menos, apertou a mão de Montoro mas não a soltou até ele parar, ouvir as reivindicações dos trabalhadores e garantir que iria estudar o documento que acabavam de lhe entregar.

(da sucursal)

Médicos do Estado adotam jornada de 6 h

Os médicos ligados à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo decidiram, no 15º dia de greve, reduzir seu horário de trabalho de oito para seis horas diárias. A decisão foi tomada em assembleia no dia 22 de agosto, com a participação de cerca de 1.700 pessoas.

Os funcionários consideram que já que o salário é muito baixo vão cumprir um horário reduzido para poder trabalhar também em outro local. A população não ficará sem atendimento: os centros de saúde continuarão a funcionar das 7h às 17h. Mas eles vão racionalizar as equipes para distribuir melhor os horários de atendimento.

O Governo do Estado insiste em condicionar os

aumentos à produtividade. E a categoria recusa-se a aceitar. Como afirmou o secretário licenciado do Sindicato dos Médicos e candidato a deputado estadual pelo PC do B Jamil Murad, "achamos justo um controle do horário de trabalho do profissional. Todos têm que cumprir um horário. Mas produtividade não é critério, principalmente nas condições de nosso país, onde às vezes levamos um tempo para achar remédios e instrumentos. Além disso, se um funcionário trabalha apenas 40% ou 60% como se justificaria mantê-lo? Isto é anti-ético. Temos que trabalhar um tempo justo. Mas faremos isso melhor com um salário digno e com melhores condições de trabalho nos postos de saúde e nos hospitais".

Quem disputa a eleição dos eletricitários?

Nos dias 17 e 18 de setembro ocorrerão as eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Com 28 mil trabalhadores na base e 18 mil sindicalizados, a entidade é considerada uma das mais importantes do Estado. Duas chapas disputam o pleito: a *União Eletricitária*, vinculada à CGT, e a oposição, hegemônica pela CUT.

A eleição dos eletricitários em setembro ocorre num quadro bastante diferente de algum tempo atrás. A entidade sindical, que no passado era taxada de imobilista, nos últimos três anos passou por mudanças. Compreendendo o processo de democratização da sociedade, jogou mais na mobilização da categoria e tomou a dianteira de inúmeras lutas.

Atualmente, o sindicato tem respeitável projeção político-sindical. No terreno das lutas específicas dos eletricitários, por exemplo, a entidade dirigiu a greve pelo reajuste trimestral, em maio de 1985. Com apenas um dia de paralisação, tendo a adesão maciça da categoria, os trabalhadores obtiveram vitória parcial. Já em fevereiro deste ano, o sindicato esteve a frente da greve da Cesp, que durou três dias, e conquistou abonos e a unificação da data-base com os assalariados da Eletropaulo.

Ainda no tocante às lutas das categorias, o sindicato também organizou a paralisação dos trabalhadores da manutenção e da operação das linhas de tro-

lêibus no início de agosto. Mas a mais importante batalha encampada pela atual diretoria, e que foi vitoriosa, foi a do adicional de periculosidade. Esta era uma das mais sentidas e antigas reivindicações da categoria. Após intensa campanha, os eletricitários conquistaram 30% de adicional - que hoje já beneficia cerca de 11 mil funcionários.

"NOVA REALIDADE"

Em consequência desse crescente processo de mobilização, a categoria comemorou em janeiro último a assinatura de um acordo salarial vantajoso. Segundo o Dieese, este se encontra entre os cinco melhores acordos firmados nos últimos tempos. Nele está previsto a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem perdas salariais; estabilidade no emprego por um ano; cesta básica de alimentos etc.

Frete aos avanços verificadas na atuação da entidade respeitadas lideranças da categoria - que no passado fizeram oposição ao imobilismo - opta-

ram agora por somar forças na composição da Chapa 1, de situação. Entre eles, Josué Correia de Souza, que em 1983 encabeçou a chapa de oposição que obteve 4.126 votos (30% dos votantes).

Segundo Josué, "o nosso sindicato mudou, dinamizou-se. Houve também um processo de abertura, com a maior democratização interna. Só não vê isso quem é cego ou sectário. Por isso resolvemos juntar forças para melhorar ainda mais a atuação da entidade. Nosso norte, nosso objetivo, ao compor a chapa União Eletricitária, é exatamente o de dar novo impulso a ação mobilizadora e democrática do sindicato".

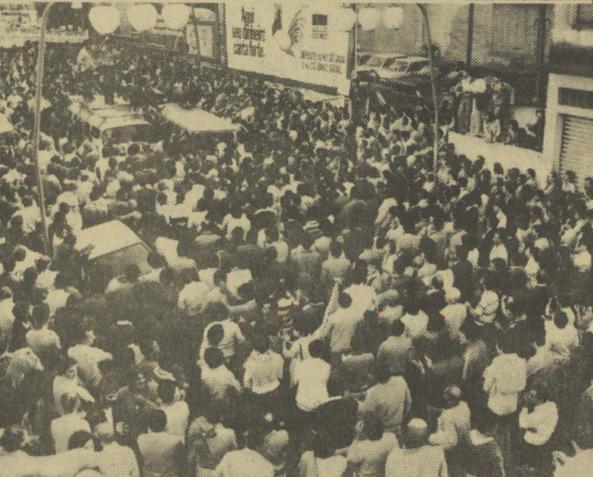
Benjamim Ferreira de Barros, principal liderança do pessoal da manutenção da Eletropaulo, tem a mesma opinião. "A categoria reconhece que o sindicato mudou para melhor. Tanto que nos pressionou a fazer parte da chapa situacionista com o objetivo de dar nova arrancada na nossa atuação sindical". Mesmos reconhecendo os avanços, Benjamim ainda observa pontos débeis no sindicato, como o de seu pequeno enraizamento nos locais de trabalho e o baixo nível de politização da categoria.

Velfrides Barreto, outra respeitada liderança, também aplaude a formação da chapa *União Eletricitária*. "Ela reflete as modificações no sindicato, que no meu entender começaram no pleito passado. Neste, a atual diretoria compreendeu que precisava mudar, que não dava mais para ficar no imobilismo. Além disso, a base pressionou, exigiu uma postura mais firme na condução de suas lutas. O que se nota agora é uma renovação de mais de 50%, com a chapa 1 contando com a participação de lideranças combativas".

OPOSIÇÃO AMARRADA

Exatamente por não entender essas mudanças, setores da CUT e do PCB organizaram a chapa 2, de oposição. Esta é encabeçada por Hugo Peres, que já foi da diretoria do sindicato e da Federação dos Eletricitários. Contraditoriamente, esse sindicalista nada fez quando a entidade se encontrava paralisada. Só agora resolveu engrossar o caldo cutista porque foi derrotado na sua pretensão de presidir novamente a federação.

No caso dos militantes do partido revisionista a situação também é curiosa. Estes sempre compuseram com a situação, mesmo nos períodos mais negros. Agora resolveram se aliar à CUT, mas têm encontrado dificuldades de convivência. Por sua política oportunista, também nesse episódio o PCB rachou: uma parte apóia a Chapa 1 e outra desenvolve encarniçada luta para permanecer no interior da chapa cutista.



Passeata pelo reajuste trimestral e assembleia no sindicato: entidade se fortalece

Motoristas param em Salvador

Nos próximos dias a Bahia poderá ser palco de um amplo e poderoso movimento grevista. Os motoristas e cobradores já deram a largada, iniciando na quarta-feira, dia 27, uma greve que abalou Salvador. Os metalúrgicos e professores também se preparam para parar, além dos bancários que organizam sua greve nacional (ver matéria ao lado). Em todas estas categorias a disposição de luta é grande.

No caso dos motoristas e cobradores a paralisação deflagrada na madrugada de quarta-feira deixou a capital sem transporte. Os empresários inclusive recusaram, reabrindo negociações, mas ofereceram apenas 3% de aumento. A categoria exige reposição salarial de 30%,

diminuição da jornada de trabalho de oito para seis horas, estabilidade no emprego, 30% de adicional de periculosidade e equiparação salarial.

Já os metalúrgicos realizam assembleia dia 29. Esta será decisiva e poderá decretar a greve. Segundo Renildo Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vice-presidente regional da CGT, "os trabalhadores estão dispostos a parar. Prova disso se deu na última assembleia com mais de 3 mil operários e nas várias greves por fábricas". Inclusive, pela primeira vez, a Bosch, no centro industrial de Aratu, parou para participar de uma assembleia sindical.

Quanto aos professores da rede pública estadual, a greve já está marcada para o dia 12 de

setembro. Maria José Rocha Lima, presidente da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, informa que já ocorreram várias audiências com o secretário da Educação, Edvaldo Boaventura mas que a resposta do governo foi insatisfatória.

GREVE NA SAÚDE

Falta de medicamentos, roupas e transporte, precárias instalações e baixos salários. Estes foram os principais motivos que levaram os profissionais da área de saúde mental do Hospital Juliano Moreira a paralisar no último dia 26 as suas atividades. Os servidores não descartam a greve por tempo indeterminado, caso não sejam atendidas suas reivindicações. (da sucursal)



Grevistas realizam várias passeatas-piquetes pelas ruas centrais da capital paulista

Securitários param depois de 20 anos

Num fato inédito nas últimas duas décadas, os securitários de São Paulo deflagraram na terça-feira, dia 26, uma greve de toda a categoria. Ao fecharmos essa edição, a paralisação já atingia cerca de 80% dos 36 mil trabalhadores em seguradoras do Estado. Apesar da coesão e combatividade dos grevistas, os patrões se mantinham irredutíveis nas negociações.

A paralisação foi aprovada por unanimidade na noite de segunda-feira, numa assembleia que lotou as dependências da sede-escola do Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista. A greve, proposta pela diretoria do sindicato, era um anseio da categoria. Na própria assembleia foram formados três grandes comandos de mobilização, responsáveis pelos piquetes nos locais de maior concentração de securitários.

Na madrugada do dia 26 o que se viu foi a entusiástica disposição de luta dos trabalhadores. Mais de 60% da categoria aderiu à greve no primeiro dia. Grandes piquetes foram formados nas maiores seguradoras. Entre as principais empresas que pararam estavam a Itaú Seguradora (com 2 mil funcionários), Bradesco Seguros, Grupo Sulamérica, Paulista, Marítima, Brasil e Cosp. Nessa última firma a greve se estendeu para todo o

interior e atingiu inclusive suas 21 inspetorias em todo Brasil.

As mulheres - que representam mais de 50% da categoria - tomaram a frente da batalha. Na Companhia Bandeirantes, por exemplo, três mulheres grávidas convenceram seus companheiros a engrossarem a luta por melhores salários. Também a juventude - que compõe um grosso contingente dos securitários - destacou-se na paralisação. Inúmeras lideranças novas se formaram no combate, passando a atuar como autênticos dirigentes sindicais. Mais de mil sindicalizações foram feitas nas duas últimas semanas de preparação do movimento.

GANÂNCIA PATRONAL

Os securitários reivindicam um piso salarial de Cz\$ 2.500,00 (atualmente o piso é de apenas Cz\$ 1.250,00); vale-refeição no valor de Cz\$ 30,00; reposição salarial de 30%; creche e vale-transporte. Segundo estudo do Dieese, feito por

encomenda do sindicato, cerca de 75% da categoria recebe menos de quatro salários mínimos. Com o Plano Cruzado, de acordo com o mesmo levantamento, os securitários foram ainda mais arrojados - perdendo inclusive a antecipação que haviam conquistado em janeiro.

Por outro lado, os donos das seguradoras nadam em dinheiro. O próprio presidente da entidade patronal, Otávio César do Nascimento, afirmou em recente entrevista que "o Plano Cruzado não afetou os nossos lucros". Segundo informou, as seguradoras nesse ano aumentaram a sua arrecadação em 12%. Já em 1985 o setor teve uma expansão real de 20% nos seus lucros - o que equivale a um acréscimo de 12 bilhões de cruzados.

Para Luiz Carlos Montelli, o conhecido Alemão, que trabalha há mais de 20 anos no setor e agora faz parte do comando de greve, "esse movimento é uma das coisas mais bonitas que já ocorreram na categoria. Mostrou toda a garra e união dos securitários". Alemão também elogia a postura firme do sindicato, que "assumiu a luta com todo vigor".



Disposição de luta da categoria ficou evidente na paralisação parcial do Banco do Brasil

Bancários se mobilizam para nova greve nacional

Numa manifestação vibrante, na quinta-feira, 28, cerca de 50 mil bancários paulistas - segundo cálculos do sindicato - realizaram passeata para exigir 26,5% do aumento. Em todo o país ocorreram atos na comemoração do Dia do Bancário. "Ou dá o nosso aumento ou paramos a Brasil", gritaram os paulistas, que se preparam para a greve nacional.

Com as manifestações em todo país do Dia do Bancário (data comemorativa da histórica greve geral de 1953, quando a categoria conquistou a jornada de seis horas de trabalho), a campanha salarial entra agora na sua fase decisiva. No encontro nacional das lideranças bancárias, dia 30, no Rio de Janeiro, deverá ser definida a data da greve unificada por 26,5% de aumento salarial, fim das demissões e outras melhorias.

E, pelo clima de mobilização verificado nos bancos em vários Estados, tudo indica que

a categoria tentará repetir em setembro a poderosa greve nacional que realizou no ano passado. nas duas últimas semanas cresceu bastante a disposição de parar novamente. Cerca de 50 agências do Bradesco, segundo informações do comando unificado da campanha, não funcionaram nos dias 20 e 21 último, com os funcionários exigindo os mesmos aumentos concedidos aos gerentes. Também na Caixa Econômica e no Banco do Brasil ocorreram paralisações parciais, atingindo aproximadamente 150 mil bancários. Em outros bancos a movimentação

é grande.

Para Ederaldo de Oliveira, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "o que a gente sente é que a greve é quase inevitável". Segundo informa, é muito grande a revolta da categoria, principalmente no que se refere aos baixos salários. Cerca de 70% dos bancários recebem apenas Cz\$ 1.500,00, enquanto os banqueiros obtêm lucros astronômicos. Só no primeiro semestre desse ano, os 13 maiores bancos tiveram 20 bilhões de lucro.

Outro fator que empurra a categoria para luta é a recente onda de demissões, que vitimou cerca de 150 mil bancários. Por último, também tem a arrogância patronal. Os banqueiros só compareceram a duas rodadas de negociação e nelas ofereceram um mísero aumento de 3%.

PC do B propõe mudanças

Companheiro,
companheiro,
Gente de grande valor
Vou contar uma história
Cheia de choro e dor
Desse povo brasileiro
Povo bom trabalhador

Vou começar falando
Dum velho e bom
camponês
Trabalhava na enxada
Dia a dia, mês a mês
Mas mesmo com tanto
trabalho
O pobre não tinha vez

Expulso de sua terra
Essem ter prá onde ir
O nosso amigo, coitado,
Teve mesmo é que sair
E veio para a cidade
Prá vida reconstruir

Chegando aqui encontrou
Um mundo bem diferente
E logo ele reparou
No que tinha pela frente
Uma favela bem grande
Cheia de gente doente
Não passou muito tempo
Prá ele se desesperar

O filho ficou doente
Tinha que se internar
No hospital não tinha vaga
Ele teve que aguardar
Foi quando alguém lhe
falou:
Amigo, preste atenção
Agora vão redigir
Outra Constituição
Que é o conjunto de leis
Que regulam uma nação

E o homem continuou
Falando pro camponês:
Se nós soubermos votar
Garantimos as leis
E nessa Constituinte
Nosso povo vai ter vez

E dentre as propostas
Dos partidos que escutei,
Foi com as do PC do B
Que mais me identifiquei
Pois nelas tem tudo aquilo
Com o que sempre sonhei

Temos a reforma agrária
Que irá também tomar
Todas as terras griladas
E o latifúndio acabar
Nas terras não exploradas
O povo irá cultivar

Prá essa dívida externa
Que só faz mesmo
aumentar
Suspensão do pagamento
Medida melhor não há
Prá acabar com esse
tormento
De não termos alimento
Nem casa para morar
E foi assim aguardando
Que ele não resistiu
O filho foi piorando
A vida ficou num fio
O nosso amigo chorando
Aos médicos agrediu

Disse que eles não
prestavam
Que eles não tinham razão
Que não tinham
competência
Prá cuidar de um cidadão
E um médico gritou:
— Senhor, não fale assim
não!

A saúde é uma área
De muita corrupção
Aqui tem mais problemas
Que na própria educação
Sem lhe falar nas finanças
Que estrangulam a nação

O médico então tentou
A criança internar
Mas quando ele conseguiu
Eu nem sei como falar
O menino já estava
Pronto para se enterrar

O nosso amigo sentido
Com tudo que aconteceu
Ficou tão aperreado
Que quase enlouqueceu
Vi que tinha que falar,
Reclamar o que era seu

Não vamos admitir
Que os países estrangeiros
Digam a nós brasileiros,
Como devemos agir
Não podemos permitir
Que eles comprem nossas
terras
Nem façam bases de guerra
Em nenhum lugar aqui

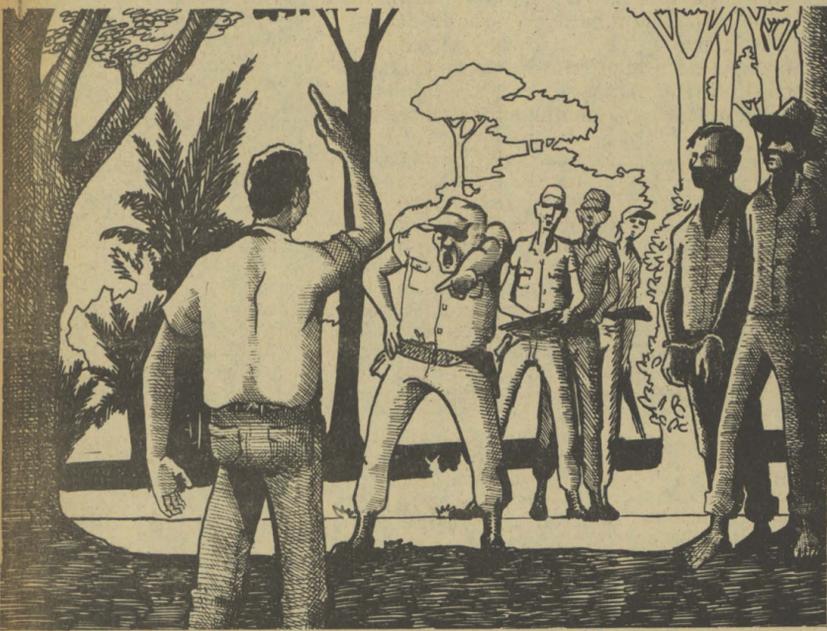
E para o povo poder
Ir no Congresso falar
O PC do B propõe
Coisa que vai inovar
Que se eleja em cada
Estado
Um camponês e um
operário
Que vão nos representar

Queremos também acabar
Com o Senado Federal
E seguir o exemplo
Da Suécia e Portugal
Onde tem um parlamento
Tipo Unicameral

E para que os políticos
Não enganem o cidadão
As sessões da Assembléia
Serão abertas então
Para rádios, jornalistas,
E também televisão

E o camponês que ouvia
A tudo com atenção,
Disse: - Certo,
companheiro,
Você tem toda razão
Voto no PC do B
Pro nosso país crescer
Com todo meu coração!

(Kika Montenegro -
Roraima)



Policiais atacam povo em Santa Inês

Os lavradores sem-terra de Santa Inês ocuparam a Fazenda Santa Maria, de propriedade do ex-chefe pistoleiro Assis Pinto, recentemente assassinado em pleno centro da cidade. Esta terra tem aproximadamente 3.160

No dia 2 de agosto, 128 lavradores ocuparam a terra e começaram a construir barracos no antigo povoado que existiu na área. Juçural do Capistrano, que havia sido destruído pelo Assis Pinto. Hoje mais de 200 lavradores já se encontram na área.

No dia 8 os lavradores foram surpreendidos por oito policiais armados de

escopetas e metralhadoras, que humilharam e prenderam 60 trabalhadores. Até cinco crianças foram presas e espancadas. Depois de muita luta os lavradores foram soltos.

No dia 15, sexta-feira, a polícia voltou e depois de algemar um garoto de 13 anos obrigaram-no a ir mostrar o lugar onde estavam os lavradores. Prenderam oito que estavam no trabalho, entre eles um menor de 16 anos, trazendo todos algemados.

O dirigente do PC do B local, Expedito Cruz, e o vereador Pedro Filho, do PMDB, foram informados pelo delegado Luiz Moura

de que os lavradores haviam sido autuados em flagrante e estavam somente detidos. O vereador tentou falar com os presos e o delegado argumentou ser impossível.

Alguns policiais passaram a provocar o vereador, acusando-o de incitar os lavradores. Mas a provocação foi descartada porque o mesmo denunciou ao delegado o desaparecimento do rádio do menor Silas, tomado pelos policiais durante sua prisão.

Somente no sábado, dia 16, depois de muito contato com o deputado Luiz Pedro e deste com o secretário de Segurança do Estado e também graças à atuação do vereador Pedro Filho junto

às forças políticas locais os lavradores foram soltos.

Segundo os presos, o próprio delegado advertiu-os falando: "Agamenon Pinto tem dinheiro e poder para contratar pistoleiros para matá-los".

Nesta última prisão o lavrador Nascimento, de 56 anos, foi barbaramente espancado por se recusar a derrubar o seu barraco que havia sido construído na área ocupada. Ele ainda passa mal. Ainda mais recentemente dois lavradores que passavam perto da área foram alvejados a bala. Felizmente o tiro não atingiu o alvo. (Núcleo de apoio à TO em Santa Inês, Maranhão)

Moradores reabrem rua contra prefeito

Em Caxias do Sul, os moradores do bairro Centenário, que abrange uma área de 19 hectares, e onde residem mais de 70 famílias, estão indignados com as atitudes do poder público municipal. O terreno está sendo declarado de utilidade pública e a prefeitura já tentou obstruir a passagem dos moradores a pretexto de construir ali uma usina de reciclagem de lixo, o que afetaria também uma população de mais de 15 mil pessoas entre os 12 bairros vizinhos.

Os moradores do local sempre enfrentaram sérios problemas de infraestrutura tais como falta de água, luz, esgoto, transporte. E no dia 2 de agosto eles foram pegos de surpresa pela Secretaria de Obras que botou as máquinas a funcionar e fechou a principal rua do bairro, que os próprios moradores conquistaram depois de oito anos, além de pagarem Cz\$ 1 mil para sua construção.

No dia seguinte, mais de 300 pessoas se mobilizaram e revoltados decidiram que a rua deveria ser reaberta.



Moradores do bairro Centenário limpam a rua que o prefeito mandou obstruir sem aviso

Munidos de picaretas, pás e enxadas, donas de casa, homens, jovens e crianças limpam a terra e as pedras colocadas na rua. Em seguida, fizeram um ato de protesto. Várias pessoas levaram faixas e cartazes cobrando o lema da campanha para prefeito de 1982: "Vamos governar juntos".

O sr. Valni, membro da diretoria da Associação de Moradores, disse que "a população do bairro está disposto a abrir a rua quantas vezes a prefeitura fechar. Os moradores dependem de ônibus e aí vão ter que andar até dois quilômetros para

chegar ao trabalho diariamente. Em 1983 - continua ele - disseram que já tinham máquinas e britador e que em três anos seriam resolvidos os problemas de pavimentação em Caxias. Se já existe dinheiro para a construção da usina de lixo que seja construída em outro local, com garantias. Próximo à Bradiessel o prefeito não quis liberar porque ia poluir as represas. Mas por que construir em nossa rua? O povo necessita de saúde e condições dignas de vida.

A prefeitura não fechou a rua com a licença dos proprietários da terra, que tam-

bém colaboraram para a abertura da mesma; nem foi assinado nada entre as partes. Também não comunicaram ao pessoal do bairro para pôr as máquinas aqui. E elas vão sair de qualquer maneira, porque governo é para servir o povo e não para usar o povo".

Ao final da manifestação os moradores decidiram encaminhar um abaixo-assinado junto à população do bairro e vizinhos repudiando a instalação da usina naquele local e o entregaram ao prefeito brevemente. (João Elderi - Caxias do Sul - Rio Grande do Sul)

Lavradores de Santa Inês fazem uma ampla denúncia da violência dos grileiros na região. Crianças, mulheres, velhos todos foram espancados e inclusive algemados por policiais a mando dos poderosos do lugar. Os camponeses foram inclusive presos. E só conseguiram sair do cárcere graças às intervenções do deputado Luiz Pedro e do vereador Pedro Filho.

Um cordel falando da vida de um camponês, muito parecida com a dos lavradores de Santa Inês, aponta uma saída, para que possam abrir caminho para conquistar suas reivindicações, inclusive a reforma agrária: votar nos candidatos do PC do B para a Constituinte, para que ela tenha esses e outros membros progressistas e avance na formulação das nossas leis. (Olivia Rangel)



fala o POVO



Greve de trabalhadores do asseio é vitoriosa

Os serviços de limpeza do Aeroporto de Cumbica e do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo pararam durante quatro dias na semana passada. Resultado: a Empresa Limpadora Paulista, contratante dos companheiros de Cumbica, e a Cleaning Star, dos companheiros de limpeza do Hospital do Servidor, após negociação com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação resolveram atender às reivindicações. Em seguida os serviços voltaram ao normal.

Ambos os movimentos paredistas foram coordenados pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de São Paulo, cuja diretoria manifestou contentamento pelo sucesso dos movimentos. Segundo Roberto Santiago, presidente do Sindicato, "o governo federal congelou os preços dos produtos

no seu pico e os salários em sua média. Logo - continua - a reivindicação de salário justo é uma necessidade a que os sindicatos atuantes devem se entregar, sob pena de uma grave e irreversível violência, já que o plano cruzado congelou, também, a miséria do trabalhador".

Segundo Roberto Santiago, "no caso do Aeroporto de Cumbica e no do Hospital do Servidor Público, a exemplo de muitos que existiam na cidade de São Paulo, a situação dos companheiros trabalhadores da limpeza era insustentável. A última alternativa era a greve. Felizmente, após quatro dias de paralisação nos quais os companheiros mostraram união em torno de objetivos comuns, aconteceu o atendimento das reivindicações, com o que eles voltaram ao trabalho". (Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de São Paulo - SP)

Jânio demite quem não reza por sua cartilha

Na segunda-feira, dia 18 de agosto, fui surpreendido com a notícia de minha demissão do cargo de diretor da creche municipal Jardim São Vicente. Tal atitude se reveste de caráter arbitrário, já que nenhuma razão técnica ou administrativa foi levantada para justificar minha demissão. Ao contrário, minha exoneração do cargo se deu por motivos políticos, já que não concordo com as idéias do sr. Jânio Quadros, nem com sua filosofia política.

A administração Jânio Quadros se caracteriza pelo autoritarismo, pela arbitrariedade, pela falta de liberdade, pela insegurança, pelo desrespeito aos mais elementares direitos da pessoa humana. Milhares de funcionários foram demitidos este ano pela simples vontade deste homem.

É preciso que o funcionalismo

municipal levante a cabeça e comece a dar um basta a esta situação. Os funcionários, em sua grande maioria, são pessoas trabalhadoras, cumpridoras de seus deveres, dedicando seu trabalho ao interesse da população, quase sempre sem condições materiais, como acontece nas creches municipais.

Não podemos ficar à mercê da vontade de um só homem. É hora pois de reagir e de não permitir que demissões continuem ocorrendo.

Por outro lado, as eleições se aproximam. Precisamos garantir a continuidade da democracia, da liberdade. Não podemos permitir que Maluf seja governador. Se eleito, este homem fará do Estado aquilo que Jânio faz hoje na Prefeitura, ou seja, perseguição, a falta de liberdade, o desrespeito ao cidadão. (H.F.S. - São Paulo, SP)

As impossibilidades do amor num romance de García Márquez

A Editora Record acaba de publicar no Brasil o romance "O amor nos tempos do cólera", de Gabriel García Márquez, com tradução de Antônio Callado. O livro é recordista de venda em toda a América Latina. No Brasil já está na lista dos mais vendidos. E a obra é digna do sucesso que vem alcançando.

Gabriel García Márquez resolveu escrever uma história de amor. Para isso deixou de lado este nosso tempo atribulado, de paisagens metropolitanas, de violências urbanas, comunicações via satélite, velocidade supersônica. Refugiou-se numa pequena cidade do Caribe, segunda metade do século passado, primeira metade deste.

las financeiras, os monótonos afazeres domésticos acabam por dobrá-la. Torna-se dama de projeção na classe dominante local, graças à recuperação do marido.

Florentino amarga seu amor desprezado. Fecha-se em si mesmo. É arrastado para o trabalho assalariado, onde não encontra satisfação pessoal mas garante o ganha-pão. Galga posições numa empresa de navegação de propriedade de seu tio.

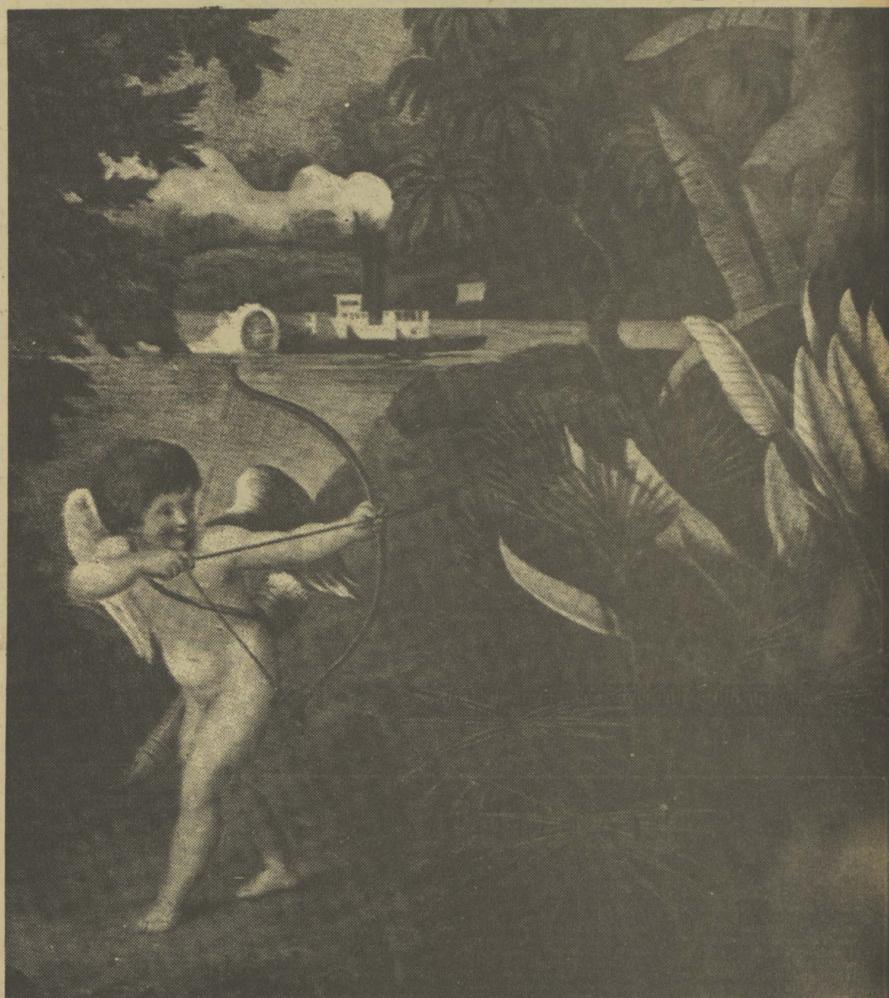
Assim como o amor platônico pertenceu à cultura escravagista grega e o amor romântico ou cavalheiresco à cultura feudal, Florentino é dominado pelo amor apaixonado da época burguesa. Jura fidelidade ao seu sentimento por Fermina, mas coleciona amantes, consola viúvas, empurra sua decantada vida, a seu modo. Busca notícias de Fermina nos jornais, frequenta restaurantes, assiste cerimônias, percorre os bairros ricos na ânsia de um encontro "casual" com a amada que o ignora.

E no correr das páginas, García Márquez vai descortinando a vida caribenha, latino-americana, da passagem do século. As artimanhas das classes dominantes em suas disputas, o alheamento do povo às questões do poder, as crendices, as pestes, as misérias cotidianas. Surgem figuras como o refugiado antilhano Jeremias de Saint-Amour, a prima Hildebranda, a tia Escolástica, a viúva de Nazaret, e tantas outras pessoas simples, que comungam a desilusão com a realidade hostil e a busca de uma vida feliz em suas exigências solitárias.

Casamentos de interesse e de conveniência

Casamentos de interesses entre os exploradores. Casamentos de conveniências entre os explorados. Adultérios, pequenas traições, intrigas, mesquinhas. Envolvidas em relações sociais que privilegiam o êxito financeiro, as pessoas vivem sem ternura. Voltam-se então para as novidades industriais, para a religião, para o sentimentalismo exacerbado de filmes e novelas que pintam na imaginação os amores que não podem experimentar na vida vazia, monótona, improfícua que carregam.

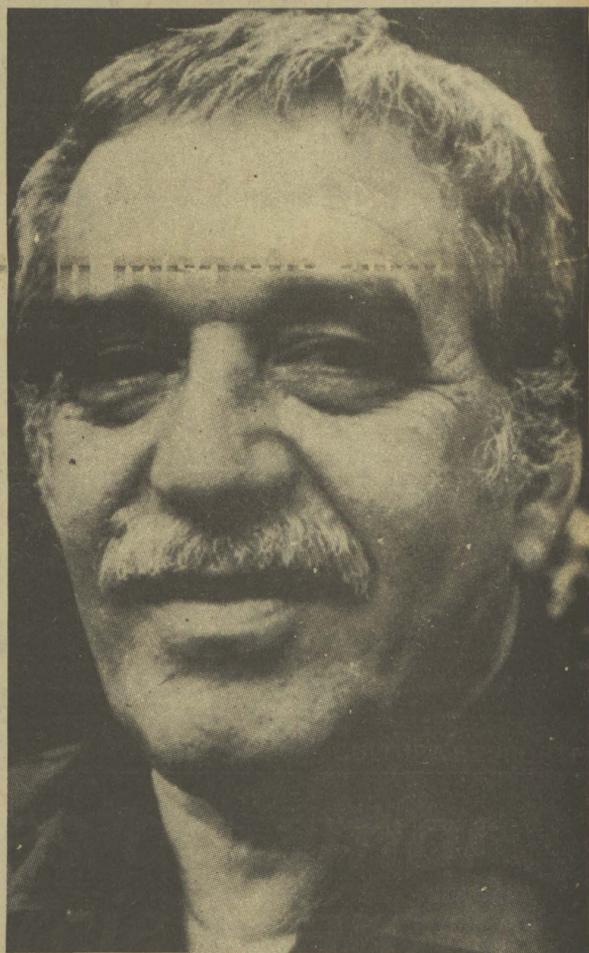
García Márquez diseca a incontível necessidade de amor de que a vida está impregnada. E a realidade hostil aos sentimentos humanos que é imposta



pelas relações burguesas. O amor de Florentino por Fermina sobrevive por mais de meio século. Já após a morte de doutor Urbino, tão esperada por Florentino, são os filhos de Fermina o novo obstáculo a ser enfrentado pelo apaixonado. "O amor é ridículo na nossa idade - gritou Ofélia, filha de Fermina, então com mais de 40 anos - mas na idade deles (na casa dos 70) é uma porcaria". Fermina expulsa a filha de sua casa, e desabafa: "Faz um século me cagaram a vida com esse pobre homem porque éramos demasiado jovens, e agora querem repetir a dose por que somos demasiado velhos".

Uma sociedade sem espaço para os sentimentos

Florentino e Fermina finalmente nem-se. Mas para isso afastam-se da sociedade. Embarcam num navio fluvial e conseguem entregar-se aos seus sentimentos, já senis. Para dar vazão à suas emoções, são obrigados a fugir do meio em que viveram. Na sociedade burguesa não há espaço nem mesmo para os sentimentos que ela mesmo despertara. É a tragédia de um tempo em que só tem valor o que é mercador. García Márquez desnuda uma sociedade que precisa ser transformada. (Carlos Pompe)



Márquez: uma história de amor na passagem do século no Caribe



Foto: Luiz Antônio

Um projeto cultural na campanha de Jandira

Em torno da candidatura de Jandira Feghali para deputada estadual pelo PC do B, nasce um amplo projeto cultural para o Rio de Janeiro: o projeto Solte a Voz. "O Rio, considerado um grande centro cultural, encontra-se, na realidade, longe de merecer este título. Brotam talentos, manifestações populares criativas de cultura, mas que perdem na falta de perspectiva. O monopólio exercido pela invasão cultural estrangeira, contra a cultura nacional, aliena de informação e de realização o nosso povo, em particular sua parcela jovem", afirma a candidata.

Da preocupação de resgate da cultura brasileira e, em particular, com o imenso e rico espaço cultural do Rio de Janeiro é que nasce este projeto, fruto de diversas contribuições, como a do cantor e compositor Carlos Lyra; do ator e diretor de teatro Lauro Goes; do compositor e tecladista do grupo Roupas Nova, Ricardo Feghali, entre outros.

O projeto busca aglutinar todos aqueles que lutam para democratizar e dar um rumo progressista à cultura. Como coloca Carlos Lyra: "O caldo cultural de 20 anos de ditadura militar, salvo honrosas exceções, é a música descartável, o teatro digestivo etc. É urgente criar um movimento cultural que reverta esta situação e recoloca o nosso trabalho no rumo do fortalecimento da cultura nacional e de boa qualidade. A idéia do Solte a Voz é coerente com esta preocupação. Minha participação se vincula com a credibilidade em um trabalho que ultrapassa 15 de novembro, em Jandira como um instrumento da realização deste trabalho e no partido que ela representa".

Como início da concretização do projeto foi realizado um show no Bar Paraty, que superou todas as expectativas e empolgou o público que superlotou a casa. A atividade contou com a presença de amplos setores ligados ao movimento cultural do Estado, representantes de associações de moradores, do diretor da UNE, Altamar Lima, e dos candidatos à Constituinte pelo PC do B, Edmilson Valentin e pelo PSB, Marcelo Cerqueira. (da sucursal)



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições) Cz\$ 260,00
- Anual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
- Trimestral (13 edições) Cz\$ 33,00
- Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. **Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira. **Conselho de Direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívio Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 66000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.

Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6A - CEP 44060.

Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. **Salvador:** Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Bairro - CEP 40000. **Simes Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesp) - CEP 41700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60060. **Iguatu:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.

Sociedade: Dâmiz José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 412, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 300, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 693 - CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7961. CEP 80000.

Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: Rua Barroco, 144 - N. 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236. CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 53400. **Recife:** Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95200. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 - sala 305 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** Rua Benito Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Foz de Rios:** Rua Andradá

Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. **Rio Grande:** Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Ijuí:** Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchessa, s. 23, 2º andar - CEP 98000.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** Rua Senador Saravia, 448. Fone: 26635 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPÊ - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-It e Fotolito, *Ilustrações: Lida*. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorjes. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Motoristas podem parar em S. Paulo

A partir da zero hora de 1º de setembro São Paulo, Osasco e Guarulhos poderão parar se os motoristas e cobradores de ônibus entrarem em greve. Os patrões e a prefeitura se negam a atender sua principal reivindicação: reajuste salarial de 40%. O prefeito Jânio Quadros ameaçou demitir os grevistas da CMTC e recorrer até às Forças Armadas para reprimi-los.

No dia 22 houve assembleias de motoristas e cobradores em São Paulo e Osasco e todas elas decidiram entrar em "estado de greve" e deliberaram que paralisariam o trabalho a partir de 1º de setembro se suas reivindicações não fossem atendidas. No dia 26 os trabalhadores dos transportes coletivos de Guarulhos - na grande São Paulo - também decidiram em assembleia aderirem à paralisação.

O movimento dos motoristas está atingindo proporções bem maiores do que a dos outros anos devido à intransigência dos empresários e dos desmandos do prefeito Jânio Quadros. A Transurb (sindicato patronal) se nega a negociar com o Sindicato dos Motoristas de São Paulo, apesar do acordo coletivo de trabalho ter expirado em maio último.

A pauta de reivindicação dos motoristas e cobradores consta de 82 itens, mas quatro deles são prioritários: reajuste salarial de 40% (30% de reposição e 10% de produtividade); estatização total do sistema de transporte urbano; equiparação salarial entre os trabalhadores das empresas particulares e estatais; jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem redução dos salários.

Os empresários - como sempre - alegam que as tarifas

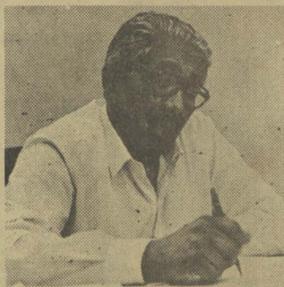


Miguel: "a categoria quer parar"

estão congeladas e por isso não irão dar nenhum reajuste. O prefeito, além de dar força à posição dos patrões, ameaça reprimir os grevistas.

"Jânio está a favor dos empresários"

As ameaças de Jânio e seu posicionamento a favor da classe patronal irritou os motoristas e cobradores. Durante a campanha eleitoral muitos deles votaram no ex-presidente da República, que prometia, demagogicamente, estatizar o transporte coletivo de São Paulo. O presidente do Sindicato dos Motoristas, João



João Alves: CMTC sucateada



Gregório: "Jânio desacreditado"

Alves do Nascimento denuncia: "Nós observamos que o Jânio está a favor das empresas particulares. Entre os vários motivos, basta citar que ele colocou na presidência da CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo) um assessor técnico da Transurb".

Atualmente a CMTC é responsável pelo transporte de aproximadamente 25% das 6 milhões de pessoas que circulam diariamente na capital paulista. Além de oferecer melhores ônibus à população a empresa assume um aspecto social, atuando nas linhas menos rentáveis dos bairros mais pobres da periferia.

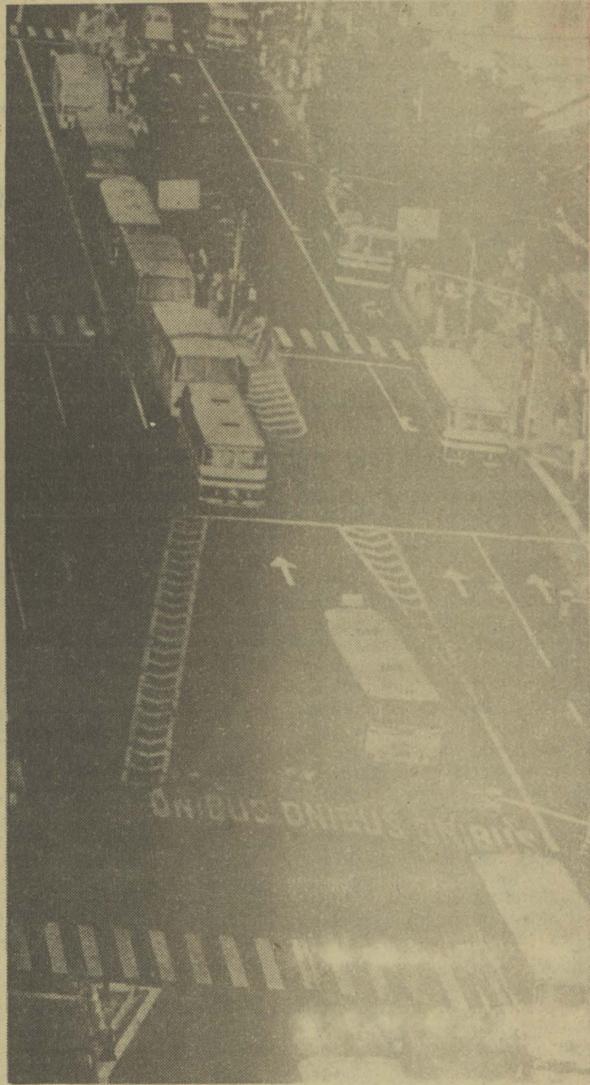
Nestes oito meses de mandato, Jânio já deu mostras do seu interesse em sucatear a CMTC a fim de abrir caminho para sua privatização. Gregório Antonio de Souza, representante eleito dos funcionários na diretoria da CMTC afirma que a empresa "está com 400 carros parados por falta de manutenção. Com o prefeito Jânio houve uma desorganização na empresa". Gregório vai mais além: "O que a gente viu até hoje foi ele tentar conseguir subsídios pras empresas particulares. Jânio está totalmente desacreditado pela categoria, pois não fez nada do que prometeu e o que fez foi nos fazer ameaças".

A categoria é brutalmente explorada, numa situação que beira a escravidão. Nas empresas particulares motoristas e cobradores são obrigados a trabalharem mais de 15 horas por dia, o que coloca em risco a segurança dos passageiros. Miguel Carvalho, motorista da CMTC, membro da Comissão de Salários e candidato a deputado constituinte pelo PC do B, explica que "nas particulares a revolta do pessoal é maior ainda. Ali, além dos baixos salários, existem as péssimas condições de trabalho, como jornada excessiva de trabalho, não tem escala certa, não se pagam horas extras e pagam-se as peças estragadas".

A equiparação salarial é um anseio antigo dos motoristas e cobradores de transporte coletivo particulares. Eles são 24 mil de um total de 40 mil em São Paulo. As diferenças salariais são enormes. Um motorista da CMTC entra com um salário inicial de Cz\$ 3.967 e na particular entra ganhando mil cruzados a menos. Um cobrador da particular começa ganhando Cz\$ 1.584 e na CMTC Cz\$ 2.148.

O motorista e o cobrador trabalham sob uma grande tensão, seja devido ao trânsito infernal, às ameaças de assalto ou à irritação dos passageiros, que viajam apertados e sem conforto. Por isso a categoria apresenta elevada incidência de neuroses. Existe também um problema grave denunciado pelo presidente do Sindicato dos Motoristas, João Alves: "Os empresários fazem a manutenção dos carros com os salários dos motoristas. Quando quebra qualquer peça eles descontam do motorista. Se há um assalto o cobrador tem que pagar o mesmo valor".

Jovair Aparecido Moreira trabalha há oito anos na CMTC e conta como é o seu dia a dia: "Saio de casa às nove da noite para pegar no trabalho às dez e meia e vou sair às seis e meia da manhã. O trabalho à noite é barra pesada, você arrisca muito, mas enfrente isso por causa da vantagem do



São Paulo pode amanhecer sem ônibus

adicional". Ele mora com sua mãe, passa a noite se alimentando com sanduiche e se mostra preocupado com a violência: "Meu colega foi atacado por um assaltante com um bruta punhal".

"Ficar naquele chiqueiro é irritante"

Enquanto sai da garagem do Catumbi, a maior da CMTC, Jovair diz: "Aqui todo mundo diz que vai parar. A questão salarial tá ruim pra todo mundo. A greve é um direito do trabalhador".

Para os cobradores a situação não é melhor. José Silvano Rossetto trabalhou um ano na CMTC, não agüentou o pique e pediu demissão há poucos dias. "Levantava às duas horas da manhã para entrar no serviço às 3:50" - recorda ele.

"Ficar naquele chiqueiro é a coisa mais irritante". As ameaças e provocações são uma constante. "O problema do nervo me levou a pedir a conta. Me ameaçaram duas vezes com revólver. Na mesma linha que eu trabalhei mataram um cobrador e em outra o cobrador ficou paralisado por causa de um tiro. As vezes você está cansado e o passageiro sai pela porta de trás te sarrando. Já cheguei a sair correndo atrás de alguns. Isso faz com que muita gente termine sendo internado com problemas mentais".

Com uma condição de trabalho destas a categoria está revoltada e disposta a parar no dia 1º. O motorista Miguel Carvalho está otimista. Enquanto distribui o material do sindicato convocando para a greve, comenta: "Eu acho que o clima está bem diferenciado ano passado - quando houve uma paralisação parcial em São Paulo - porque a categoria é quem está falando em parar, é ela que reclama dos baixos salários". (Domingos Abreu)



Professores dão lição de luta e unidade

Uma lição de unidade e de força. Foi o que proporcionaram os professores paulistas no último dia 26 de agosto, no seu processo de campanha salarial. Cerca de 30 mil mestres se concentraram diante do Palácio dos Bandeirantes, para de-

monstrar sua disposição de obter o piso salarial equivalente a cinco salários-mínimo.

A mobilização dos professores envolve discussões em escolas, reuniões de representantes de escolas e do Conselho de

Representante da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Apeosp), e assembleias de todas as entidades envolvidas na campanha (além da Apeosp, participam o Centro do Professorado Paulista - CPP - Associação Paulista de

Supervisores de Ensino - Apase - e Udemo - União dos Diretores de Escola do Magistério). Os profissionais do ensino contam, ainda, com o apoio da CGT, Sindicato dos Médicos, CUT, e outras entidades, além dos alunos e seus pais, é claro.

A manifestação diante da sede do governo realizou-se simultaneamente a uma greve de advertência, que teve expressiva adesão na capital e no interior de São Paulo. Cidades como Santos e Campinas, além de paralisarem as aulas, garantiram a presença de delegações significativas no ato da capital. De Santos saíram 16 ônibus, e de Campinas 12, rumo ao palácio do governo.

LUTA JUSTA

Uma comissão de representantes da Apeosp, CPP, Apase e Udemo foi recebida pelo governador Franco Montoro e alguns secretários de Estado. Ouviram do chefe do governo que sua administração "tem-se esforçado para atender, com medidas objetivas, às reivindicações do magistério, dentro das possibilidades financeiras do Estado". Montoro afirmou ser "impossível atender à essa reivindicação" - de cinco salários mínimos -



Raquel: "uma luta justa, para recompor nossos salários"

"pois ela excederia em muito o montante da arrecadação. Seria o mesmo que dar um cheque sem fundos", e pediu prazo até dia 29 para uma contra-proposta.

Mas como afirmou a professora Raquel Guisoni, "a manifestação demonstrou o espírito de luta da categoria e sua revolta com a defasagem salarial de que é vítima. Nossos salários são incompatíveis com nossas necessidades financeiras". Um professor de

no início de carreira, ganha somente Cz\$ 1,7 mil. Uma quantia inferior à do salário do professor da rede municipal ou de alguns outros Estados. O professorado está disposto a ir à greve. Trata-se de uma luta justa, para recompor nossos salários. São Paulo tem uma receita razoável, e a arrecadação do ICM tem aumentado. O que acontece é que o governo precisa priorizar a Educação. Investir nesse setor, deslocar



Cerca de 30 mil professores foram ao Palácio dos Bandeirantes exigir salários dignos